

## A inscrição lusitana de Sansueña ("Arroyo I")

### *The lusitanian inscription of Sansueña ("Arroyo I")*

José Cardim-Ribeiro   
Centro de Estudos Clássicos  
Universidade de Lisboa  
jcardim@sapo.pt

**Resumo:** A identificação de uma antiga transcrição inédita de "Arroyo I" permite apresentar uma mais apurada fixação deste texto. Considerando outros dados, pode afirmar-se a sua independência relativamente a "Arroyo II"; e apontar a sua original implantação perto do povoado proto-histórico romanizado de Sansueña, cercanias de Arroyo de la Luz. Propõe-se ainda uma nova interpretação da epígrafe, perseguindo um resultado admissível do ponto de vista filológico e coerente sob uma perspectiva histórica. Conclui-se ser este um enunciado tipo *lex sacra*, prescrevendo publicamente e de forma intemporal os actos preliminares e os ritos deambulatórios de uma *lustratio*, texto equiparável a vários exemplos itálicos comparativamente analisados.

**Palavras-chave:** Lusitano, Arroyo de la Luz I, Fixação textual, Interpretação, *Lex sacra*, *Lustratio*, *Munitie*.

**Abstract:** The identification of an old, unpublished transcription of "Arroyo I" allows us to present a more exact fixation of this text. Considering other data, its independence from "Arroyo II" can be affirmed; and to point out its original location close to the proto-historical Romanized village of Sansueña, near Arroyo de la Luz. A new interpretation of the epigraph is also proposed, pursuing an admissible result from a philological point of view and coherent from a historical perspective. It is concluded that this is a *lex sacra*-type enunciation, publicly and timelessly prescribing both the preliminary acts and the ambulatory rites of a *lustratio*, a text similar to several italic examples here analyzed from a comparative point of view.

**Keywords:** Lusitanian, Arroyo de la Luz I, Textual fixation, Interpretation, *Lex sacra*, *Lustratio*, *Munitie*.

Recepción: 01.02.2021 | Aceptación: 08.06.2021



## 1. “Arroyo I”, o manuscrito anónimo e o sítio de Sansueña

Designamos por “Arroyo I” a inscrição lusitana seriada por Hübner como *CIL* II 738 e *MLI* 46, abrangendo as treze primeiras linhas de Untermann, *MLH* IV L.1.1, tendo em conta o actual conhecimento de suficiente e esclarecedora documentação que permite isolar, como pertencendo na verdade a outro monumento, *CIL* II 739=*MLI* 47, por sua vez correspondente às cinco derradeiras linhas de *MLH* IV L.1.1 (“Arroyo II”). A junção dos dois textos, motivada (a) pela procedência regional comum, (b) pela parcial afinidade lexical e (c) pela similitude material e paleográfica, foi pela primeira vez proposta por Gómez-Moreno 1942, 11, e, desde então, algo acriticamente seguida e adoptada pela maioria dos investigadores.<sup>1</sup>

Porém, a culminar uma série de indícios patentes em documentos da segunda metade dos sécs. XVIII e XIX referentes a “Arroyo II” — e a confirmar a intuição de certos autores quanto a estarmos afinal perante trechos de diferentes monumentos<sup>2</sup> —, a recente identificação de um manuscrito setecentista

1 Sobre estas duas epígrafes e seu conteúdo, *uid.*: (a) “Arroyo I” — Ms. M-RAE/RM-6922, fl. 41 (Cerrillo 2016, 1506; 2017, 173); Masdeu 1800, 630 (e 688) n.º 2166; *CIL* II 738; *MLI* 46; Phillips 1870, 199 n.º 23.2; Vinson 1897, 115 n.º 3; 1900, 126; Whatmough 1970, 1345; Hurtado 1977, n.º 44; Cerrillo 2007, 64. (b) “Arroyo II” — Cubillana 1753 (Monsalud 1903, 534 = 1904, 6; Cerrillo 2007, 64; 2016, 1504, 1507; 2018, 40 n.º 58); Forner [1791-97, n.º 26] (Cerrillo 2010, 71); Ms. RAE/RM-6922, fl. inum. (*HAE* 785; Cerrillo 2016, 1507; 2017, 175); Masdeu 1800, 630 n.º 2165; *CIL* II 739; *MLI* 47; Phillips 1870, 199 n.º 24.3; Giacomino 1897, 16-18; Vinson 1897, 116 n.º 4; 1900, 125; Hurtado 1977 n.º 45; Búa 1999, 325; 2005, 121 nota. (c) “Arroyo I”+“Arroyo II” — Gómez-Moreno 1942, 11 (= 1949, 204-205); Bähr 1948, 400; Schmoll 1959, 28 n.º 113; Tovar 1960, 114; 1961, 92-93; 1966-67, 243 n.º 2; 1985, 233 n.º 22; Faust 1975, 201; Pérez 1978, 787-816 n.º 247; Gil 1985, 369; Schmidt 1985, 320; Untermann 1987, 62-63; *MLH* IV, 747-750 L.1; Wodtko 1997; 2010, 339, 341-343; 2017, 34-35; 2020, 693; Prósper 2002, 69-83; 2010, 368-369; *HE* 9 2003, 248 a.b.c.; Luján 2003; 2019a, 330-331; 2019b; Witczak 2005, 144-173; Blažek 2006, 8-10; Alfayé e Marco 2008, 289-292, 296-299; Vaz 2009, 93; Estarán 2015, 324; 2016, 280-281; 2019, 58; Gorrochategui e Vallejo 2015, 350; García 2019, 55, 59; Simón 2019b, 68; n.p.; BDHesp CC.03.01.

2 Almagro, Ortega e Villar 1999; Villar e Pedrero 2001a, 663-664; 2001b, 235-236. Cf. ainda a afirmação de Gorrochategui 2013, 49 (= 2019, 382): “media docena de textos en alfabeto latino, de los cuales dos están perdidos”; e as dúvidas expressas por Untermann *MLH* IV, 747: “... aber als völlig zweifelsfrei darf dies noch immer nicht angenommen werden”; por Wodtko 2010, 338: “If it is one text”...; 2020, 693: “doch wurde auch mit zwei verschiedenen Texten gerechnet, die nur durch die Nähe des Fundorts und

contendo uma nova cópia de “Arroyo I”, provido ainda de uma descrição da lápide e de alguns pormenores quanto à sua localização, veio esclarecer, de forma determinante e segura, tratar-se de duas distintas epígrafes.<sup>3</sup>

---

gemeinsame Vokabeln, wie ARIMO und ARIMOM, TEVCAECOM und TEVCOM, verbunden sind.”; ou por Velaza 2019, 134 e n. 35: “Six inscriptions (...) perhaps seven, if the inscription CC.03.01 from Arroyo de la Luz should be understood as two pieces”.

- 3 Mesmo não considerando “Arroyo II” e “Arroyo I” como fazendo parte do mesmo monumento, acostumámo-nos a relacioná-los de perto não apenas por provirem os dois do território de Arroyo de la Luz, antiga Arroyo del Puerco, mas porque a sua primeira publicação os reuniu na mesma página e em imediata sequência numérica (Masdeu 1800, 630 n.ºs 2165 e 2166), informando-nos ainda o autor que recebera notícia e transcrição de ambos, de forma igualmente conjunta, numa carta de Boxoyo, de 1793. Assim, embora Masdeu não lhes atribuísse a mesma exacta procedência — refere em primeiro lugar o mais curto como encontrando-se no próprio aglomerado urbano, e o mais longo como existente “en una dehesa de esta misma villa, donde quedan ruinas de antigua poblacion” —, fica no entanto a pairar no leitor a ideia de que teriam sido identificados ou em simultâneo ou em momentos contíguos, até porque este antiquarista (Masdeu 1800, 631) os aproxima mais ainda, ao afirmar: “parecen entrambas de una misma mano, pelo tales una y otra, que me dan sospecha de invencion caprichosa”. Porém, quarenta anos antes da missiva de Boxoyo possuímos já uma notícia de “Arroyo II” (*CIL* II 739 = *MLI* 47), sem qualquer alusão a outro texto similar acaso conhecido nos arredores. O que nos leva a separar, não só no espaço mas também no tempo, os achados de “Arroyo II” e de “Arroyo I”.

Esta primeira menção de “Arroyo II” deve-se a Benito Cubillana 1753, escrivão público do Ayuntamiento da Villa de Arroyo del Puerco, e permanece integrada nas respostas cacerenhas ao interrogatório de L.J. de Velázquez, direccionado para a obtenção de informações sobre a eventual existência local de vestígios monumentais da Antiguidade (Cerrillo 2016, 1503-1508; 2007, 64; 2018, 40 n. 58; Monsalud 1903, 534 = 1904, 6). Aí se pode ler: “*en una cassa de Juan Collado Alcantara en que al presente vive Sevastian Montes en la Plaza Nueva de esta Villa [de Arroyo del Puerco] se halla una piedra de pizarra que sirve de asiento en la cozina que tiene una inscurizion que no se pudo comprehenderse de que remito las letras que se compone (...) conforme existen en dicha pizarra*”. E, numa folha junto, desenha-se a epígrafe com evidente cuidado e — tudo o leva a crer — com assinalável rigor. Uma outra referência, sensivelmente contemporânea da de Boxoyo, devêmo-la a Forner [1791-1797] n.º 26; RAE/RM-6922, fl. innumer. (*uid.* ainda *HAE* 785; Cerrillo 2010, 71; 2016, 1507; 2017, 174-175): a lápide continuava “en la Cozina de la Casa de Juan Collazos (*sic*) Alcantara, en la Plaza nueva”. É também na *sylloge* de Forner, embora em folha manuscrita anónima, que consta a única cópia de “Arroyo I” (*CIL* II 738 = *MLI* 46) para além da de Boxoyo *ap.* Masdeu (*uid.* a nossa sequente análise). As indicações complementares que acompanham a transcrição referem-nos a epígrafe como gravada numa pizarra fincada no solo, conforme uma lápide completa. E confirmam-nos a existência, perto do local, de antigas ruínas, como também assegurava Boxoyo.

Existe ainda um outro pormenor que contribui para distinguir as duas inscrições: o O de módulo menor patente na primeira linha de “Arroyo II”, claramente registado na cópia de Cubillana (*uid.* fig. 9), detalhe paleográfico que — a julgar pelas transcrições subsistentes — não parece possuir qualquer paralelo em “Arroyo I”.

Conjugando todos estes dados, verifica-se que, de facto, “Arroyo I” e “Arroyo II” são monumentos diferentes, descobertos em contextos temporais e físicos dissemelhantes; permanecendo aliás materialmente íntegro o primeiro, embora com graves lacunas no que se refere à parte inferior do campo epigráfico.

O ms. em causa, hoje conservado na Real Academia Española, em Madrid (cota M-RAE/RM-6922),<sup>4</sup> foi já publicado por Cerrillo 2017,<sup>5</sup> embora — tanto quanto saibamos — tal edição tenha passado despercebida no âmbito dos estudos lusitanos.

Nessa *silloge*, maioritariamente — mas não toda ela<sup>6</sup> — redigida por A.-F. Forner y Segarra,<sup>7</sup> o fl. 41, que contém a referida cópia, está escrito numa caligrafia diferente por autor anónimo, mas sem dúvida contemporâneo do erudito médico-antiquarista.<sup>8</sup>

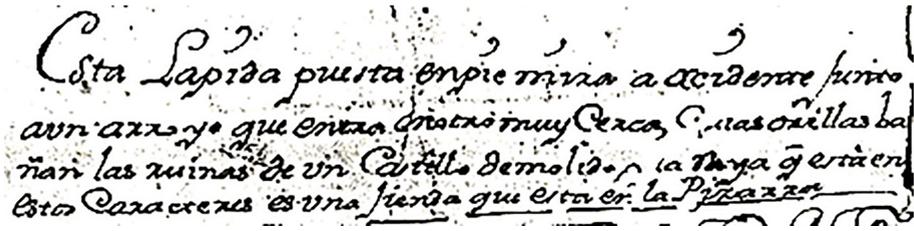


Fig. 1. Apontamento que, no fl. 41 do ms. M-RAE/RM-6922 da Real Academia Española, acompanha a transcrição de “Arroyo I”.

4 Graças à amizade e às frutuosas diligências de Helena Gimeno — a quem, por isso mesmo, dedicamos o presente estudo —, alcançámos conhecimento deste ms. já em 2014, quando ainda se mantinha inédito, e tivemos também acesso à reprodução digital de algumas das suas folhas, designadamente daquela que contém a epígrafe lusitana em análise, reprodução essa aqui utilizada nas figs. 1 e 4.

A mesma colega chamou-nos a atenção para o facto de o documento se encontrar já aproveitado no fasc. 4-5 da *HAep.* 733-790, afirmando-nos aí o editor, A. Beltrán, que “los datos de este ms. han sido facilitados por D. Manuel Gómez-Moreno”, o único autor que então logrou ver o original. Ora, por qualquer razão inexplicada, Gómez-Moreno facultou a Beltrán todas as menções e transcrições epigráficas contidas no ms., inclusive quanto a “Arroyo II” (*HAep.* 785), mas com uma singular excepção: a nova cópia de “Arroyo I” e os dados concernentes ao aspecto e à localização da lápide, informações que até agora permaneceram assim ignoradas.

Devemos ainda a Helena Gimeno as reproduções digitais de toda a carta que, sobre as ruínas de Sansueña, Casares Rey dirige a Fidel Fita a 8 de abril 1912, bem como dos apontamentos que este último entendeu tomar, estimulado pelo teor de tal missiva, para a elaboração do seu artigo publicado em 1913 no *BRAH*. A leitura destoutros documentos demonstra, porventura melhor ainda que a do referido artigo, a assumida convicção destes eruditos quanto à relação de proximidade física que deverá ser equacionada entre “Arroyo I” e o Castro de Sansueña (*uid.* nn. 10 e 12).

5 Noticiado e em reduzida parte extractado — aliás especificamente quanto aos registos de “Arroyo I” e de “Arroyo II” — já no ano anterior (Cerrillo 2016, 1505-1507).

6 Cerrillo 2017, 32-37.

7 Sobre Forner, sua vida, sua actividade e obra antiquaristas e seus livros, *uid.* Cerrillo 2017, 17-118.

8 Cerrillo 2017, p. 173.

Aí, sob a epígrafe, surge o seguinte apontamento (fig. 1): “*Esta Lápida puesta en pié mira a occidente junto / a un arroyo que entra en otro muy Cerca, Cuias orillas bañan las ruinas de un Castillo demolido ~ la raya ñ está en / estos Caracteres es una fienda que está en la Pizarra*”.

Destas informações podemos concluir o seguinte:

(a) Trata-se de uma lápide, colocada na vertical e virada a poente. Isto é, ou de uma estela fixa no solo, ou — como veremos ser possível — de um afloramento pétreo com forma e postura similares à deste tipo de suporte epigráfico.

Em qualquer dos casos, tudo leva a crer que o monumento se encontraria ainda *in situ* e em posição original. Em qualquer das hipóteses, não nos parece viável que tal descrição se adegue a uma lápide inferiormente truncada — cujo troço faltante acaso pudesse corresponder a “Arroyo II” —, pois que então decerto não permaneceria erguida, aliás fincada no chão exactamente através da sua base, mas sim tombada e solta.

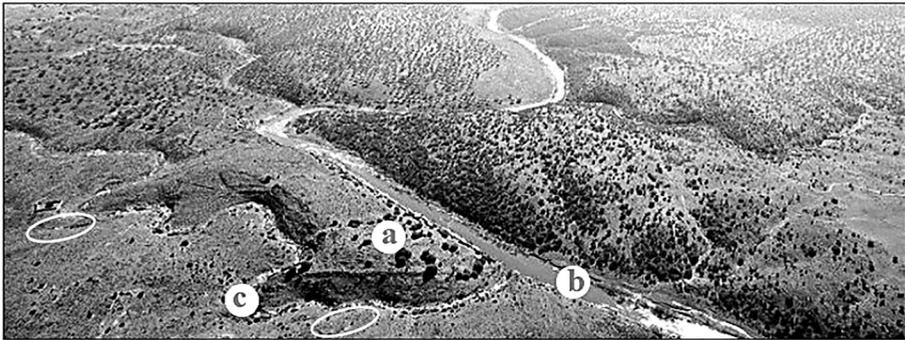


Fig. 2. (a) Castro de Sansueña; (b) Rio Salor; (c) Arroyo de Sansueña. As elipses assinalam as duas zonas mais prováveis onde poderá ter sido implantada — e talvez ainda subsista — a lápide com a epígrafe lusitana “Arroyo I”.

(b) Confirma-se também a informação de Boxoyo<sup>9</sup> *ap.* Masdeu 1800, 631, de que a epígrafe em análise não estaria, como “Arroyo II”, na própria povoação de Arroyo de la Luz<sup>10</sup> — então A. del Puerco —, mas sim, detalha-nos

9 Sobre Boxoyo, sua vida, sua actividade e obra antiquaristas e seus livros, *uid.* Cerrillo 2009, 111-274.

10 É evidente que “Arroyo II”, tal como “Arroyo III”, terão sido levados dos arredores da vila para aí serem empregues como material de construção. Porém, não se tratando em qualquer dos casos de uma recolha de intenção antiquarista, conforme podemos

agora o ms., que tal lápide “*puesta en pié mira a occidente junto / a un arroyo que entra en otro muy Cerca, Cuias orillas bañan las ruinas de un Castillo demolido*”.

Essas ruínas, como concluíram já alguns antigos investigadores<sup>11</sup> a partir da menção de Boxoyo *ap.* Masdeu<sup>12</sup> e do detalhado conhecimento arqueológico que — directa ou indirectamente — possuíam da região, deverão corresponder ao chamado “Castro de Sansueña”,<sup>13</sup> povoado proto-histórico romani-

---

constatar pelo historial da respectiva descoberta, cremos incrível supor a sua obtenção, visando objectivos afinal meramente utilitários, numa qualquer “dehesa” longínqua — implicando difícil transporte —, mas sim, decerto, nas circunvizinhanças mais próximas da povoação, onde desde logo existe abundante material lítico disponível. Esta circunstância torna francamente difícil de sustentar, p.ex., que também “Arroyo II” provenha do afastado *locus* de Sansueña, razão que também ela contribui — entre as várias outras já enunciadas — para marginalizar a ideia-feita de que esta epígrafe e a de “Arroyo I” pertençam a um mesmo monumento.

- 11 Fita 1912, 439, aproveitando as indicações precisas de Casares Rey; ou Jiménez e Fernández 1949, 178.
- 12 Segundo este depoimento e conforme vimos (n. 3), a lápide em causa encontrava-se “en una dehesa de esta misma villa [Arroyo el Puerco], donde quedan ruinas de antigua población” (Masdeu 1800, 631).
- 13 Ou, no âmbito da tradição local, “Ciudad de Sansueña” (Casares Rey *ap.* Fita 1912, 436), ou ainda “Castillejo de Sansueña” (Martín 1999, 158). *Sansueña* é um nome que, nesta mesma forma ou sob diferentes variantes, encontramos quer em fontes literárias quer em registos corográficos de algumas regiões espanholas, nestes casos denominando sítios com ruínas antigas, conforme acontece com o de Arroyo de la Luz; ou também, p.ex., com o de Rosinos de Vidriales, correspondente aos *castra* de *Petavonium* (TIR K-30, 177-178). A razão para estas ocorrências toponímicas mergulha nas acreditadas identificações locais ou regionais da legendária Ciudad de Sansueña. A pretensa localização hispânica desta misteriosa povoação foi pouco a pouco forjada, ao longo da Baixa Idade Média, a partir do conhecimento, tradução para línguas peninsulares, reelaboração, (re)aproveitamento literário e glosa de gestas heróicas de origem franca nas quais se aludia à germânica *Saxonia* — denominada, naquelas versões, escritas e orais, como *Sagsueyna*, *Sagnsueyna*, *Salsonha*, *Sam/nsonha*, *Sancsuegne*, *Sancsueyna*, *Sangsueyna*, *Santsuenna*, *Sansoña*, *Sans(s)onna*, *Sansueña*, *Sansunha*, *Sansunna*, *Sasonia*, *Sosonna* —, situação que vamos encontrar sedimentada pelo menos a partir de meados do séc. XV e que nos é sobretudo transmitida através de romances anónimos de larga difusão, como o “de Dom Gaifeiros”, ou ainda, conquanto menos divulgado, o “de Calaiños”, nos quais todavia se mantém em suspenso a exacta localização de tal cidade. No entanto, certas importantes obras literárias apontam — por um ou por outro motivo — um *ubi* concreto ou, pelo menos, uma específica região: desde logo Carlos, Príncipe de Viana, na sua *Cronica de los Reys de Navarra*, composta c.1454, que faz *Santsueña* corresponder a Pamplona; Frei Luis de León, na *Profecía del Tajo*, c.1548, que cita “*el Ebro, a la vezina / Sansueña, a Lusitaña*”; Cervantes, na *Segunda Parte del Ingenioso Cavallero Don Quixote de la Mancha*, 1615, cap. XXVI, dizendo “*la ciudad de Sansueña, que assi se llamava entonces, la que oy se llama Zaragoza*”; ou ainda Bernardo de Valbuena, no poema *El Bernardo o Victoria de Roncesvalles*, 1624, estr. 198, que retoma a relação com Pamplona. Já no séc. XVIII podemos encontrar aquela que parece

zado<sup>14</sup> sito c. 13 km a oés-sudoeste de Arroyo de la Luz, na dehesa “Castillejo de Dueñas”<sup>15</sup> e implantado numa colina sobranceira à confluência entre o Rio Salor e um arroio denominado, precisamente, “de Sansueña”<sup>16</sup> (fig. 2).

Numa leitura algo apressada do citado apontamento, a primeira ideia que surge é a de que a lápide estaria implantada próxima desta mesma confluência. Mas em lado algum do ms. é citado o Rio Salor, o que sem qualquer dúvida sucederia se fôra ele um dos pontos de referência.

Na verdade, a nossa fonte não cita um rio e um arroio, mas sim — e apenas — dois arroios, sendo que junto a um deles — o primeiro referido — se encontra implantada a lápide, perto da confluência deste com outro arroio. E é este segundo ribeiro «*Cuias orillas ba/ñan las ruinas de un Castillo demolido*» — ou seja, o Arroyo de Sansueña.

Assim, teremos de buscar numa das confluências dos pequeníssimos arroios que entroncam no de Sansueña, por onde apenas correm águas nas épocas chuvosas, a zona onde talvez permaneça ainda hoje a lápide. Conforme poderemos observar na fig. 2, existem duas áreas que merecem ser prospectadas de acordo com este objectivo: uma imediatamente a oeste da colina

---

constituir a primeira identificação de cariz antiquarista, ou seja, a intencional atribuição do nome de Sansueña a um determinado sítio com vestígios de antigas construções: assim, no poema de Tomás de Iriarte, *El Apretón*, 1775, confere-se essa designação — infelizmente de forma vaga — ou às ruínas de Talamanca de Jarama ou às do Castillo de Viñuelas (quanto à matéria que temos vindo a expor na presente nota, o estudo decisivo é o de Millet 2003; mas cf. também 1999; Suárez 2006, 42-49; 2007; e, no que respeita às variantes ortográficas do topónimo nas fontes hispânicas, *uid.* de novo Millet 2003; e ainda Boto 2012, 83).

No que se refere ao caso de Arroyo de la Luz, Casares Rey (*ap.* Fita 1912, 435) afirma que ali procurou descobrir antiguidades “guiado solo por el tradicional nombre de ciudad de Sansueña”, o que revela pleno convencimento da eventual relação deste topónimo com antigas ruínas. De igual modo Viú 1846, 107, chama tais vestígios de Sansueña, acrescentando porém: “no encontramos qué población sería esta”. A vigente denominação desta estação arqueológica poderá, pois, anteceder o séc. XIX, embora nem Boxoyo *ap.* Masdeu nem o ms. anónimo a utilizem para qualificar a “antigua población”, ou o “castillo demolido”, sobranceiro ao Rio Salor.

14 Sobre este povoado, *uid.*: Viú 1846, 107; Casares Rey *ap.* Fita 1913, 436-437; Sanguino 1913, 68-69; Jiménez e Fernández 1949, 173-179; Sánchez 1979; Ongil 1986-87, 321-323; Martín 1994, 273-274; 1999, 158-161; *TIR* J-29, 140 cl. 1; Bonnaud 2005, 219; Monteagudo 2013; Rodríguez *et al.* 2014, 209-210; García 2017, 11-19.

15 Sanguino 1913, 68; ou “Castil de Dueñas”; ou, simplesmente, “Castillejo” (Casares Rey *ap.* Fita 1912, 436).

16 Ou arroio Gallegos, ou ainda Valgallegos (Ongil 1986-87, 321).

e do povoado de Sansueña; outra um pouco mais afastada, para norte, deste sítio arqueológico.

Não se trata, porém, de tarefa fácil. Grande parte dos terrenos estão ali coalhados de afloramentos pizarrosos, muitos dos quais se erguem verticalmente do solo assemelhando-se a rudimentares estelas (fig. 3),<sup>17</sup> dificultando e confundindo a busca pois o monumento procurado dificilmente se distinguirá, à distância, de todas estas rochas, encontrando-se aliás, com grande probabilidade, misturado com elas — ou até reaproveitando um dos afloramentos “estelares”.<sup>18</sup>

---

17 Por isso vulgarmente denominados como “dientes de perro” (v.g. Baonza 2008, 1 e fig. 1; Miranzo 2010<sup>2</sup>, 173).

18 No verão de 2014 decidimos prospectar a pé todo este território, com João Cardim e Filipa Fiúza, perseguindo dois distintos objectivos: (a) compreender *in loco* a paisagem em que se insere o Castro de Sansueña, quer em sentido lato quer quanto à respetiva caracterização geomorfológica; e (b) tentar redescobrir “Arroyo I” ou, pelo menos, procurar circunscrever as áreas mais prováveis em que a lápide possa ainda porventura subsistir, de acordo com as indicações topográficas explicitadas no anónimo ms. setecentista. O primeiro objectivo foi largamente conseguido, pois de facto lográmos observar e compreender as várias especificidades concretas do terreno e do ambiente, impossíveis de discernir com exactidão — e, sobretudo, de perceber fisicamente — a partir de um simples exame da cartografia e da fotografia aérea. Trata-se de um sítio árido e agreste, muito quente e seco no período estival, apesar da proximidade dos rios Salor e Casillas, penoso de percorrer atendendo não só às múltiplas colinas e vales que se sucedem uns aos outros mas, ainda, devido à extrema abundância, em certas partes (como em torno do Arroyo de Sansueña e de seus minúsculos afluentes), de densas formações rochosas escarpadas e de numerosos afloramentos grauváquicos tipo “dientes de perro”, acidentes que dificultam sobremaneira a circulação e a desejada detecção de uma determinada lápide a qual, apesar de epigrafada, se assemelhará afinal, no seu aspecto, a tantas e tantas outras que indiferenciadamente a rodearão (quanto à realidade geológica da região, cf. Bascones, Martín, Corretgé *et al.* 1982). Assim e embora tenhamos prolongado as pesquisas tanto quanto então nos foi possível, não atingimos o segundo e principal objectivo. Apercebemo-nos, no entanto, de que a zona permanece deserta de recentes intrusões, aparentando constituir, digamos, uma paisagem “fossilizada” desde há largos séculos — senão mesmo, na sua essência, desde a Antiguidade —, constatação que nos convenceu subsistir decerto a lápide lusitana ainda ali erguida, conforme se conservava nos finais do séc. XVIII; ou, quando muito, aí mesmo tombada no solo. Estamos pois convictos de que uma pesquisa de campo ora bem planeada atendendo às já conhecidas características do sítio, e que disponha de mais tempo, de mais meios humanos e de alguns adequados apoios tecnológicos, levada a cabo numa época do ano climaticamente amena, poderá conduzir, com um grau de probabilidade digno de atenção, à efectiva redescoberta do monumento epigráfico em causa.



Fig. 3. Os omnipresentes afloramentos pizarrosos em torno do Arroyo de Sansueña e, em baixo, os característicos “dientes de perro”.

## 2. Da fixação e interpretação do texto

Observemos agora em detalhe a anónima transcrição registada no ms., confrontando-a com a de Boxoyo *ap.* Masdeu 1800, 630 [e 688] n.º 2166, e intentando, através desse exame, fixar tanto quanto possível o texto da epígrafe. Em simultâneo, e porque neste caso uma coisa implica a outra, ensaiaremos a análise filológica do respetivo léxico, bem como a sua concreta explicitação semântica e, por fim, a compreensão redaccional do conjunto. Procederemos, tanto quanto nos permitam as nossas capacidades, de acordo com o pertinen-

te princípio metodológico enunciado por Wodtko 2020, 716:<sup>19</sup> considerar o léxico das inscrições lusitanas como uma unidade; e procurar pois entender a semântica dos vocábulos no seu específico contexto.

Notemos que nos afastamos de Witczak 2005, 147-173,<sup>20</sup> por sua vez aproximando-nos, nalgumas ocasiões e em certos aspectos etimológicos, de Prósper 2002, 69-83,<sup>21</sup> chegando no entanto a conclusões interpretativas diferentes quer quanto à natureza morfo-sintáctica e ao significado específico de determinados vocábulos,<sup>22</sup> quer ainda quanto ao entendimento global da mensagem.<sup>23</sup>

Numa preliminar apreciação da nova cópia salientemos que o seu autor verificou que uma fenda serpenteava verticalmente através do campo epigráfico, esclarecendo-o no respectivo esboço e no comentário: “*la raya ñ está en estos Caracteres es una fienda que está en la Pizarra*”.

Note-se ainda que o anónimo antiquarista procurou dar algumas indicações quanto aos caracteres mais erodidos e difíceis de ler; assim, onde Boxoyo *ap.* Masdeu deixou meros espaços em branco, colocou pequenas letras correspondentes às que considerou possíveis de entrever nos traços aí subsistentes, cada qual assinalada por uma cruz sobreposta (linhas 3 e 11), tendo mesmo, cremos bem, exagerado em alguma das suas dúvidas paleográficas. E, embora em certos casos a sua leitura pareça inferior à de Boxoyo, noutros fornece-nos

- 
- 19 “Ein vielversprechenderer Zugang scheint deshalb, den Wortschatz der lusit. Inschriften zunächst als Einheit zu betrachten und zu versuchen, die Semantik von Wörtern in ihrem Belegkontext zu erschließen”.
- 20 E ainda 250-251, 253, 255-259, 264, 277-280, 284, 287, 289, 291, 351, 353-355, 378, 383-385, 390, 402, 405, 409, 424, 467. Witczak defende tratar-se de um pacto de amizade e de reciprocidade, cujo léxico pertenceria quase todo ele ao campo semântico do parentesco familiar. Esta perspectiva é aceite, quer na generalidade quer em quase todos os seus detalhes, por Blažek 2006, 8-10.
- 21 Não resumiremos aqui na globalidade a postura e as conclusões de Prósper, pois a cada uma delas iremos aludindo com o necessário pormenor ao longo do presente estudo.
- 22 As propostas pontuais de autores anteriores quanto à interpretação de vocábulos patentes nesta epígrafe são indicadas quer por Prósper quer por Witczak; *uid.* ainda Wodtko 1997. A algumas delas aludiremos mais à frente.
- 23 Não consideraremos certas hipóteses de análise lexical e/ou de interpretação global totalmente inconsistentes (Giacomino 1897, 16-18, desde logo criticado por Hübner 1897, 244-245, e por Vinson 1900, 125-126); ou injustificadas (Pérez 1.<sup>a</sup> versão, *ap.* Hurtado 1977, 62-63); ou preponderantemente controversas (Pérez 1978, 787-816 n.º 247, 2.<sup>a</sup> versão — porém com algumas propostas pontuais porventura dignas de ponderação, conforme constataremos ao longo deste estudo); ou mesmo linguisticamente abusivas (Sauren 2007, 157-168).

pormenores que reputamos bastante úteis para uma mais apurada reconstituição do texto original.

Todos estes indícios — descrição e representação da fractura vertical, procura de precisão paleográfica e ainda, como veremos, apreciação de mais alguns detalhes que julgou dignos de registo — comprovam estarmos perante alguém que examinou o monumento e a sua epígrafe com elevada atenção e cuidado.

Procedamos agora à análise do texto (cf. fig. 4):

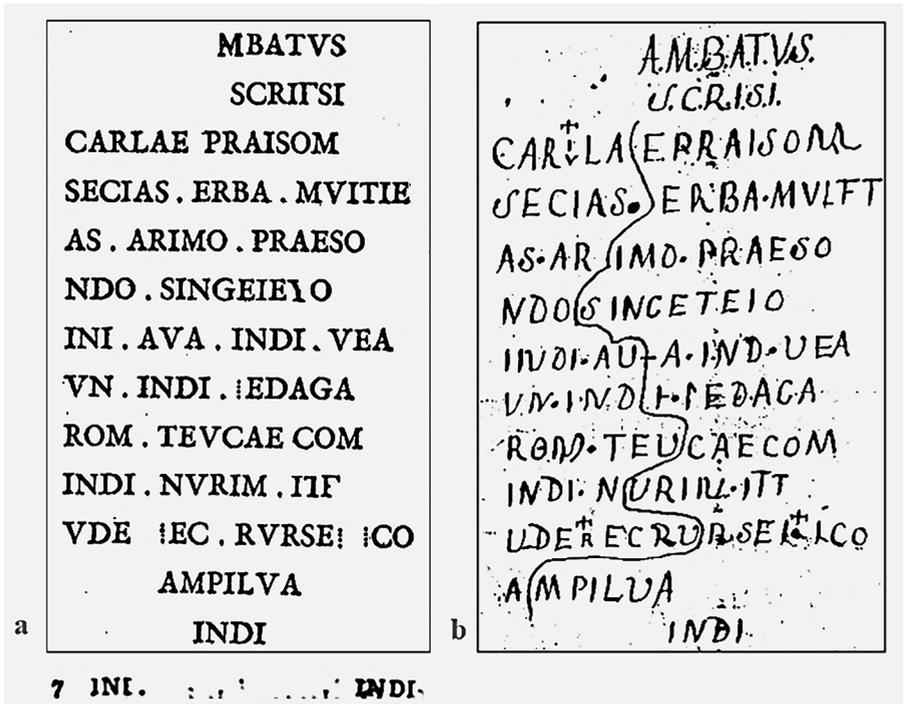


Fig. 4. As transcrições setecentistas de "Arroyo I": (a) de Boxoyo *ap.* Masdeu (1800, 630 e 688 n.º 2166); (b) do anónimo fólho 41 incluso no ms. de Forner (s.d.).

## 2.1. Introdução latina (linhas 1 e 2)

Trata-se de um trecho basicamente consensual:<sup>24</sup> ‘AM’BATVS / SCRIP-SI, “(Eu), *Ambatus*, escrevi”;<sup>25</sup> ou, em alternativa, ‘AM’BATVS / SCRIPSI(t), SCRIPSI[T], ou SCRIPSI[T]’, “*Ambatus* escreveu”.<sup>26</sup>

Coloca-se, agora, a questão de saber quem seria *Ambatus*<sup>27</sup> — qual o seu estatuto — e que concreto significado semântico deveremos atribuir a *scripsi/ scripsit*.

Muitos dos investigadores que se debruçam sobre esta inscrição, bem como sobre a de Lamas, apenas registam as respectivas introduções latinas, sem as comentarem, mergulhando logo na exposição ou na análise dos seus textos lusitanos. E, entre os vários que procuram contextualizar historicamente aquelas fórmulas iniciais, as opiniões dividem-se quanto ao estatuto e às funções específicas dos indivíduos nelas nomeados; sendo o único factor comum quase todos considerarem tratar-se de indígenas, quer possuam antropónimos paleohispânicos ou já latinos: *Ambatus* em “Arroyo I”; e *Rufinus* e *Tiro* em Lamas.

Algumas alusões a esta problemática permanecem vagas: assim, Estarán 2015, 323; 2019, 59, limita-se a salientar não existir concordância sobre a matéria. Por sua vez Untermann 1980, 11; *MLH* IV, 749; 2000, 68 cl. 1, designa-os

---

24 A única diferença entre o que se encontrava estabelecido e a transcrição do anónimo diz respeito às duas letras iniciais, que Boxoyo *ap. Masdeu* reúne em nexos, ‘AM’, e que no ms. são registadas soltas. Sendo que a presença de um nexos é muito menos vulgar do que a gravação dos caracteres em mera sequência, supomos que o facto de na *Historia Crítica* se assinalar a situação mais rara, sem outra razão aparente senão a do suposto respeito pelo original, contribui para a considerarmos porventura mais exacta; mas, infelizmente, não nos chegou o original da carta de Boxoyo em que se baseou Don Juan Francisco. Notemos ainda que o ms. anónimo separa por pontos colocados a nível da base da linha todas as letras da fórmula latina, como se fossem abreviaturas; e que salta, na sua reprodução, o -P- da forma verbal.

25 As fontes originais, bem como a esmagadora maioria dos autores.

26 Beltrán 2011, 45; Estarán 2015, 323; 2016, 280. Embora não a possamos garantir, cremos de facto pertinente considerar a possibilidade de nos encontrar perante uma forma verbal expressa na 3.<sup>a</sup> pess. sg. do perfeito indicativo — até por confronto com a forma pl. *scripserunt*, patente na introdução latina da epígrafe de Lamas. E, nesta hipótese, optariamos pela solução de considerar um nexos ‘IT’, que facilmente passaria despercebido aos copistas setecentistas. Aliás, nesta mesma fórmula inicial constaria outro nexos, ‘AM’; e, como veremos, tudo leva a crer que também existissem ligações literais no texto lusitano, em concreto nas linhas 4 e 8, detalhes paleográficos que porém não foram percebidos pelos transcritores. Também na inscrição de Lamas a introdução latina exhibe vários nexos, e outros constam no respectivo texto lusitano.

27 Quanto a este antropónimo cf. Vallejo 2005, 134-140; e Salinas 2013, 29-33.

tão-só como escribas e diz não ter a certeza que eles sejam, afinal, os autores dos textos (cf. ainda, em sequência, Varvaro 2005, 122-123); Wodtko, embora em 2017, 26 (*uid.* ainda 2020, 710), se limite também a referi-los como escribas, bastante orgulhosos — conforme diz — pelo facto de saberem escrever e por isso mesmo colocarem os seus nomes, em contexto frásico latino, logo no início da epígrafe, detalha melhor o seu pensamento em 2009, 3-4: “It is doubtful that the scribes are also the authors of the texts, that they are responsible for the content not only in writing it down in the Latin alphabet, but also in composing the text to express a certain content in ordered discourse and eventually in causing the content to occur, i.e. in bringing about the state of affairs described or prescribed in the following text”. E coloca a pergunta: “Se os escribas não são responsáveis pelo conteúdo no sentido que acabamos de mencionar, pode perguntar-se quem é?”

Ora a eventual solução prende-se intimamente com o sentido preciso que deva ser atribuído às formas verbais *scripserunt* (em Lamas) e *scripsi* ou *scripsit* (em Sansueña). De Hoz 1995, 4, quanto ao enunciado introdutório de Lamas e de Arroyo, refere-o como “proclamación en latín de la identidad del o los autores de la redacción”; também Villar e Pedrero 2001a, 683 = 2001b, 257, falam em “fórmula de autoria”. Mariner 1987, 136, por seu lado, especifica-os como “referencia ‘administrativa’ del documento (...), cual herencias simplificadas del estilo formulário de funcionariado”. Esta visão de tendência judicial é ampliada por Colmenero 1993, 103 = 1995, 220, o qual supõe inclusive que o texto lusitano de Lamas consignará afinal um acto apenas jurídico e que, nesse âmbito, *Rufinus* e *Tiro* validam, com as suas ‘assinaturas’, esse mesmo acto, à semelhança dos magistrados nos pactos de hospitalidade; e acrescenta: “el vocábulo *scripserunt* hay que interpretarlo por ‘lo redactaron’”.

Outra é a perspectiva de Vaz 1990, 284; 1997, 190, que entende a introdução de Lamas como “Rufino e Tiro determinaram (que se fizesse um sacrifício)”. Nesta mesma linha, Alfayé e Marco 2008, 296-299, após discorrerem demoradamente sobre todos os aspectos em análise, concluem: “We may consider the possibility that they were members of the local elite<sup>28</sup> (...) *Ambatus*, *Tirus* and *Rufinus* (...) would have represented themselves as the *custores* of

---

28 Já Untermann 1987, 63, a propósito de “Arroyo I”, assevera não ter dúvidas de que aos antigos “*optimates*” de uma comunidade competiria desempenhar um papel na realização de uma inscrição como esta — embora não se esteja a referir a *Ambatus* que, conforme vimos, considera como mero escriba.

the traditional *res sacra* and mediators between gods and men, using for that the official and public language of the time, Latin”.<sup>29</sup>

Por fim, Beltrán 2011, 45-46, adianta uma inovadora hipótese: que as epígrafes em causa fossem “el producto de una reunión solemne de una comunidad de fieles que se desarrollaría en lengua lusitana, en la que *Ambatus*, *Rufinus* y *Tiro* fueran los encargados de poner por escrito la decisión adoptada, a semejanza de los secretarios que aparecen en los decretos decuriales”.

Alguns poucos investigadores colocam proficuamente os curtos trechos introdutórios de “Arroyo I” e de Lamas em confronto com certas das inscrições pintadas nas paredes da Cueva Negra, as quais, com a diferença de serem integralmente redigidas em Lat., contêm fórmulas equiparáveis. É o caso de Velaza 2003, 267-268, que, a propósito da forma *scripserunt* patente nos textos 1 e 14 da Cueva, pela primeira vez salienta que se compreenderia mal que tais epígrafes tivessem materialmente sido obra de dois indivíduos já que, do ponto de vista caligráfico, “ninguna evidencia paleográfica demuestra un cambio de mano”. Observação determinante que Estarán 2016, 267, retoma, aplicando-a agora à inscrição lusitana de Lamas. Desta forma e atendendo ao cariz absolutamente categórico da análise destes autores, podem descartar-se, a título quanto a nós definitivo, todas as posturas que viam em *Ambatus*, *Rufinus* e *Tiro* meros escreventes.

Velaza 2003, 268, afirma que estas fórmulas possam “comportar un valor vinculado a lo ritual — o a lo oficial, en la medida en que lo ritual puede serlo”,<sup>30</sup> com o que concorda Estarán. Mas, para apurarmos uma significação das mesmas porventura mais acurada, cremos importante recordar a interpretação mais recente de Colmenero 2003, 433, quanto à introdução latina de Lamas, igualmente proporcionada pelo confronto com os textos da Cueva Negra: na “gran inscripción posiblemente votiva de Lamas”, adverte-se, “a través del empleo de dicho verbo [*scripserunt*], ciertos ribetes jurídicos no exentos de solemnidad, que se deducen de la acción colegiada misma”. Ou seja, o cariz religioso e o cariz jurídico destas epígrafes não se excluiriam um

---

29 Anteriormente Marco 2005, 296, conquanto designe *Ambatus*, *Rufinus* e *Tiro* como escribas, assinala já a sua responsabilidade na realização destes cultos no âmbito das respectivas comunidades.

30 Conquanto mais tarde Velaza 2019, 134, refira *Ambatus*, *Rufinus* e *Tiro* como simples “autores das inscrições”, embora — conforme afirma — no contexto de um processo de monumentalização com registo epigráfico oficial.

ao outro, antes se complementariam e fundiriam intencionalmente num mesmo enunciado público.

Conforme iremos compreendendo, encontramos-nos afinal, em “Arroyo I”, perante uma *lex sacra* — entendida esta expressão *lato sensu*. Por isso, embora se aluda a um ritual, as formas verbais determinantes da acção no texto lusitano estão expressas nos modos imperativo e conjuntivo.<sup>31</sup> E, conquanto mais simples, também a inscrição de Lamas obedece à mesma tipologia redaccional e tem idêntico objectivo funcional. Assim, *scripserunt* e *scripsi* ou *scripsit* deverão entender-se em sentido jurídico, embora no âmbito de uma prescrição de índole religiosa.

Deste modo, questiona Vaz 2009, 89, ¿como classificar pois *Ambatus*, *Rufinus* e *Tiro*? “Sacerdotes? Magistrados locais? Anciãos da comunidade? Revestidos de que autoridade?”. Na epígrafe 14 da Cueva Negra, um dos dois personagens que constituem o sujeito de *scripserunt* afirma-se como *sacerdos*, salientando no entanto Mayer 1990, 697-698, que ambos deverão ser, com toda a probabilidade, magistrados — ora municipais — e encontrarem-se ali reunidos nessa qualidade, isto é, como máximos representantes da respectiva *ciuitas*. Não existe pois, como é evidente, qualquer incompatibilidade entre o simultâneo desempenho de magistraturas e de cargos religiosos.

*Ambatus*, e ainda *Rufinus* e *Tiro*, ¿agiriam como legisladores eles mesmo, ou como representantes do órgão legislador comunitário, ao qual decerto também pertenciam? Na “*Tabula Veliterna*”, que remonta ao séc. III a.C., aos nomes dos magistrados interventores está associada a forma verbal volsca *sistiatiens*, ‘estabeleceram’ (v.g. Aberson 2010, 408 S3).<sup>32</sup> Também no “*Cippus Abellanus*”, de finais do séc. II a.C., estão denominados magistrados, aliás de duas diversas comunidades; no entanto explicita-se que agem “por decisão dos seus respectivos senados” (409 S5).

No seio da comunidade que tinha como principal habitat o Castro de Sansueña, *Ambatus* seria uma autoridade e, por isso, determina a composição e exposição pública da prescrição ritual em análise, sancionando-a com o seu prestigiado nome. Aliás, estamos convictos de que o nome deste personagem não se articula apenas com a forma verbal latina *scripsi* ou *scripsit*, mas também com a forma verbal PRAISOM que rege a primeira frase em Lusitano,

31 Quanto à predominante utilização dos modos imperativo e conjuntivo em textos legais e religiosos itálicos, cf. Jones 1962; Poccetti 2009, 179-193; Dupraz 2020. Voltaremos a esta temática no cap. 3.3.

32 Quanto à forma verbal em causa, *uid.* Wallace 1985; e Untermann 2000, 678-680.

conforme mais à frente explicitaremos. De facto, embora a língua se altere da segunda para a terceira linha, todo o texto epigráfico é redaccionalmente coeso e solidário, embora as suas partes — apesar da intrínseca complementaridade que revelam — devam ser classificadas de modo diverso quanto à respectiva natureza e específica função. Como explicar, pois, aquela mudança?

A nosso ver, a *lex sacra* ela própria, concebida e lavrada em Lus., corresponde a um acto independente do seu ulterior registo epigráfico, decorrido no âmbito de uma estrutura de poder deliberativa no seio da comunidade, fosse um conselho de anciãos ou de notáveis, fosse um núcleo mais restrito formado pelos “*optimates*”, fosse mesmo — embora menos provável — o produto de uma predominante e impositiva vontade individual, consensualmente aceite. É ainda plausível supor que, ao menos na sua base conceptual, estejamos perante uma prescrição antiga, que corresponda a uma pretérita tradição desse grupo populacional, agora fixada na pedra recorrendo a uma nova tecnologia: a escrita. Assim, compreende-se que o corpo da lei esteja redigido em Lus., porque era esse o ancestral idioma dessa comunidade; e ainda porque, na sua previsível forma originária, tal lei, ou pelo menos os seus princípios, teriam, evidentemente, circulado e sido transmitidos de forma oral nesse mesmo idioma. Por fim exibido numa lápide escrita, a proclamação preliminar do texto legislativo assim materialmente cristalizado — a *praescriptio*<sup>33</sup> — surge-nos em Lat., a língua oficial da época; e, até, para que tal mera introdução, ora acrescentada, se diferenciasse do texto da lei propriamente dito e de suas preliminares instruções.<sup>34</sup>

¿Em que época e em que contexto deveremos assim colocar *Ambatus*? (a) No da concepção original da lei? (b) Ou no da respectiva passagem a documento escrito? (c) Ou em ambos os momentos, pressupondo-se então que se trataria, porventura, de um formulário legal recente, pelo menos nesta sua precisa estruturação redaccional? — pese embora tal lei por certo fizesse eco de remotas tradições, consuetudinariamente concretizadas de forma regular. Inclina-mo-nos para a terceira solução, quer aqui quer em Lamas, que nos parece mais pragmática e conforme o necessário cariz actuante/actual dos textos na altura da sua exposição pública. Recorde-se, aliás, que *Ambatus*, apesar de

---

33 Dupraz 2020, 133: “ La *praescriptio* est une composante du mode de rédaction qui caractérise la transcription du texte après l’adoption officielle de celui-ci, c’est-à-dire qu’elle ne fait pas partie de la *lex* (ou plus généralement du texte injonctif) tel qu’initialement formulée, ni de la procédure par laquelle le texte est adopté”.

34 A primeira frase lusitana, *carlae praisom*, pese embora o seu teor impositivo, constituirá uma recomendação preambular ao texto jurídico-religioso.

constituir um antropónimo de génese paleohispânica, é afinal uma forma latinizada; e que *Rufinus* e *Tiro*, ainda que no caso vertente designem indígenas, são porém nomes latinos.<sup>35</sup>

## 2.2. Linha 3: *carlae praisom*

Nesta linha costuma ler-se, unanimemente e a partir da transcrição de Boxoyo *ap.* Masdeu, CARLAE PRAISOM. Porém, o anónimo setecentista julga perceber o ângulo inferior de um V entre o R e o L da primeira palavra, apresentando pois a versão CARVLA.

O vocábulo *carla* tem sido etimologicamente interpretado, de forma assaz consensual, a partir do substrato pré-romano *\*kar-*, ‘pedra’, derivado do PIE *\*ker-*, ‘cortar’, apresentando-se aquela raiz “alargada mediante un sufixo posiblemente de valor diminutivo *\*-lo-*” (Prósper, 2002, 70-71). Assim sendo, a pretensa forma CARVLAE — ostentando o mesmo sufixo diminutivo embora antecedido da vogal de conexão *-u-*, tal como acontece, p.ex., em múltiplas palavras latinas — não constituiria qualquer obstáculo à manutenção desta proposta

Mas, se do ponto de vista teórico nada se alteraria, podendo *\*carula* vir a ser considerada uma legítima variante lexical a par de *carla*, a verdade é que a inequívoca presença da forma CARLAE em “Arroyo III” e de CARLA na lápide de Arronches, assim como — sem denotar qualquer hesitação — no registo de Boxoyo *ap.* Masdeu quanto a “Arroyo I”, aconselha a maior das prudências. Possivelmente o atento mas algo inapto antiquarista anónimo terá observado

---

35 Encontrando-se o presente estudo já entregue para publicação, Ignacio Simón deu-nos conhecimento e facultou-nos o texto do seu recentíssimo artigo — ainda no prelo — sobre o verbo *scribo* nas inscrições lusitanas (Simón n.p.), pelo que lhe estamos verdadeiramente gratos. Depois de sintetizar os dados da questão e de enunciar as mais importantes interpretações que têm vindo a ser adiantadas, o autor colige, para confronto com a realidade epigráfica lusitana, numerosos exemplos de inscrições latinas nas quais também se emprega o verbo *scribo*, na sua maioria funerárias mas, também, algumas de cariz religioso. Conclui, porém, que a análise do dossier latino não permite elucidar, com segurança, qual o papel concreto que terão desempenhado os indivíduos lusitanos utilizadores desse mesmo verbo, embora afirme, com razão, que «la opción de interpretar los (...) encabezamientos como la firma de los lapicidas choca con la preeminência y lugar destacado que ocupa». Finaliza com uma ideia original e sugestiva: a de que a eleição de *scribo* nas epígrafes paleohispánicas em causa, em vez de outros verbos possíveis, se deva «a la excepcionalidad de la puesta por escrito de los rituales indígenas en lengua lusitana», no contexto da especial relevância ora assumida por esse específico verbo numa região e numa cultura ágrafas até à presença romana.

alguns traços acidentais naquela zona da pedra, confundindo-os com restos de uma letra que, afinal, nunca ali terá existido.

Em “Arroyo I” e em “Arroyo III”, CARLAE tem sido frequentemente entendido como um antigo topónimo regional, em loc.: ‘em Carla’ (Villar e Pedrero 2001a, 670-673; 2001b, 245; Prósper 2002, 70-71; Witczak 2005, 153 e n. 294); ou ainda, por vezes, como um simples vocábulo ou um teónimo em dat. (Schmoll 1959, 41; Lújan 2019, 317). A propósito da forma expressa na epígrafe de Arronches, CARLA, defendemos já que esta palavra se deverá antes reportar a um substantivo comum com o significado de ‘lápide’ (Cardim 2016, 37), hipótese que mantemos.<sup>36</sup>

Quanto a PRAISOM, parece-nos viável e adequada a tese de Prósper (2002, 72): tratar-se de uma forma verbal, 1.<sup>a</sup> pess. sg. do presente indicativo, filologicamente paralelizável com o Lat. *praesum*, *praees*, *praesse*, ‘estar à frente de’; ou ainda com o Gr. *προτίθημι*, ‘colocar à frente’, ‘apresentar’, ‘expor publicamente (uma notícia ou aviso)’, ‘notificar publicamente’. Neste contexto, o sentido de PRAISOM seria pois, com probabilidade, o de ‘exponho publicamente’, ‘notifico publicamente’.

Traduzir-se-á assim CARLAE PRAISOM, sensivelmente, como “nesta lápide notifico publicamente”, expressão introdutória com evidente peso coercivo e que, nesta aceção, condicionará o imediato entendimento pragmático de todo o texto subsequente por parte do leitor/auditor contemporâneo pertencente à comunidade no âmbito da qual tal enunciado jurídico-religioso foi a dada altura produzido.

### **2.3. Linhas 4-6: *secias erba muitieas/Mun’itie as arimo praesondo***

Consideramos SECIAS ERBA MVITIE / AS ARIMO PRAESO/NDO como frase íntegra:

Neste trecho passou a subsistir, após a descoberta da lápide de Arronches, uma dúvida de leitura: se no final da linha 4 não estaremos, afinal, perante o teónimo *Munitie*, ou seja, diante de um registo que utilizou um nexu trilateral despercebido pelos antiquaristas do séc. XVIII: ‘MVN’ITIE (Luján 2019, 330; Wodtko 2020, 697 n. 18; e, já então, Pérez 1978, 792).

---

36 Note-se que já Almagro, Ortega e Villar 1999, 172, a par das hipóteses topónimo ou teónimo, propõem que *carlae* (em “Arroyo I” e “Arroyo III”) pudesse tão-só reportar-se a um “apelativo del vocabulario institucional o cultural”, ou seja, a um subs. comum.

Para tal teríamos de supor que o derradeiro traço do N inclinasse para a direita, o que é provável já que NN inclinados se encontram noutras epígrafes lusitanas, como na de Lamas, na de Arronches, ou — o que para o presente caso é mais significativo — na de “Arroyo III”.

Reparemos ainda que, no ms. anónimo, os próprios NN de “Arroyo I” assemelham ser representados dessa forma, sobretudo quanto à obliquidade da última haste, tal como — quanto a este específico detalhe — acontece em dois dos NN de “Arroyo III” (fig. 5).

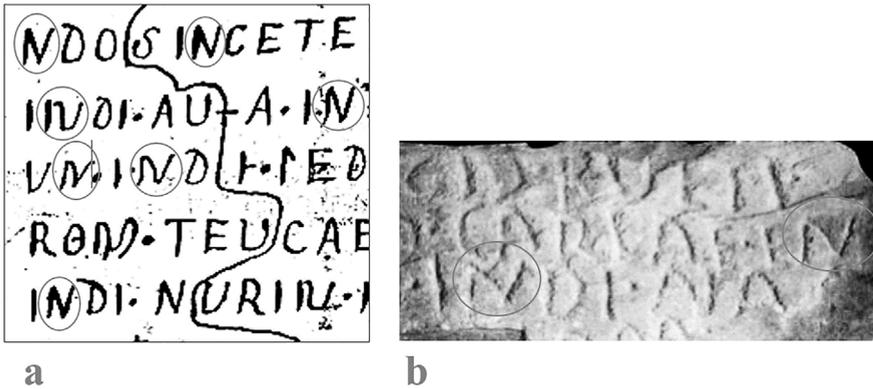


Fig. 5. Os NN com maior obliquidade da última haste: (a) “Arroyo I”, ms. anónimo; (b) “Arroyo III”.

Concebemos, pois, para a possível ‘MVN’ITIE, um nexu do tipo daquele que representamos na fig. 6a. Para confronto, trazemos à colação — na fig. 6b<sup>37</sup> — o cluster com que o mesmo teónimo, na sua versão latina, *Munidi*, surge inscrito no Penedo de Eiriz, Paços de Ferreira.

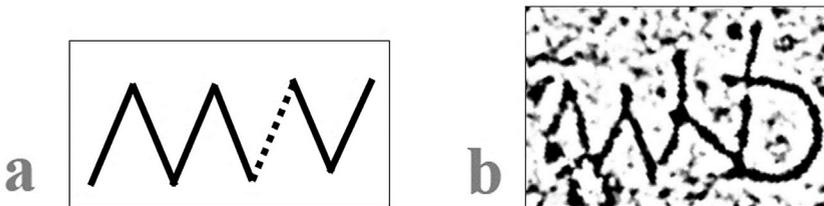


Fig. 6. (a) Reconstituição do nexu *MVN* possivelmente patente na linha 4 de “Arroyo I”; (b) o “cluster” *MVNIDI* do Penedo de Eiriz, levantamento MRM.

37 Pormenor da fig. 5 publicada por Alves e Correia 2017, 280.

Seguem-se os dois únicos vocábulos que finalizam por *-s*<sup>38</sup> constantes em textos lusitanos: SECIAS e AS — ou MVTIE/AS. Entendemo-los como formas verbais<sup>39</sup>, 2.<sup>as</sup> pess. sg. do presente conjuntivo.

Etimologicamente aceitamos explicar SECIAS através do PIE *\*sekh<sub>1</sub>-ie/o-*, ‘cortar’ (Prósper e Villar 2009, 6), confrontando o sentido específico deste verbo lusitano, pelo menos no contexto em análise, com alguns dos significados vinculados ao Lat. *secare* e, ainda, aos seus derivados *pro-secare* e *re-secare* (De Vaan 2008, 550-551): ‘dividir’, ‘separar’,<sup>40</sup> ou mesmo ‘sacrificar’, ‘imolar’ (uma vítima consagrada a uma divindade).<sup>41</sup>

Quanto a AS — tomando-o como leitura provável —, supomos pertinente compará-lo com a idêntica forma celtib. *as*, que De Hoz 1996, 190 n. 66, interpreta como “una 3.<sup>a</sup> ps. de singular de estrutura VC-s-t, es decir raíz monossilábica + sufixo de aoristo + desinência personal”, ou “una 2.<sup>a</sup> ps. -s-s”; e que Jordán Cólera 2004, 216; 2019 I, 457, sugere “sería un [aχss] o [aχst], 2.<sup>a</sup> o 3.<sup>a</sup> ps. sg. de un pretérito sigmático de \*ag-, de donde literalmente *hiciste lo dicho* o *hizo lo dicho*”, com o que concorda Rubio 2013, 706 [e n. 28] e 710, detalhando que em derradeira análise derivaria do PIE “\*h<sub>2</sub>eǵ ‘conducir, llevar a cabo’”.

Na nossa óptica, torna-se assim útil confrontar o Lus. *as* com o Lat. *agas*, 2.<sup>a</sup> ps. sg. do conj. pres. de *agere* — do PIt. *\*ag-e/o-*, ‘fazer’, ‘actuar’ (De Vaan 2008, 30-31) —, verbo que abrange ainda no seu conteúdo semântico as noções de ‘pôr em movimento’, ‘fazer avançar’ — designadamente rebanhos, ou cabeça de gado — e, no âmbito do léxico de cariz religioso, de ‘sacrificar’, ‘cumprir os ritos sacrificiais’.<sup>42</sup>

Se, no entanto, nos limitarmos às transcrições setecentistas, sem procurar corrigi-las, deveremos então equacionar a forma MVTIEAS, recordando que Prósper 2202, 74 — que aceita esta versão —, pressupõe fazer derivar tal

38 No cap. 3.2, procuraremos explicar esta singularidade.

39 SECIAS e MVTIE/AS têm sido considerados, por alguns autores, como substs., comuns ou teonímicos (Wodtko 1997, 741,742; Villar e Pedrero 2001a, 686 = 2001b, 260; Witczak 2005, 154, 156, 277, 278, 383; Blažek 2006, 8); a postura de Prósper 2002, 73-74 e 77, revela-se algo ambígua, ou indefinida.

40 Cf. v.g. Cicero, *Phaen. Arat.* 609: *Iam vero Arctophylax non aequa parte secatur*; e Seneca Minor, *Epist. mor. ad Lucil.* 58.14: *Rursus animalia in quas species seco?*

41 Cf. Tertulianus, *Ad Nat.* 2, 2, 12: *idem Aesculapio gallinacium resecuri* (ou *prosecari*) *quasi certus iubebat*.

42 Sobre estas acepções de *agere* e seus contextos, cf. o documentado estudo de Ruelle 2002, 211-225.

vocábulo de *\*moi-t-y-ayāns* e relacioná-lo com o Lat. *mūtūus*, ‘tomado de empréstimo’, ‘recíproco’, acrescentando que “podría tratar-se (...) del derivado de un tema *\*moi-ti-* o más probablemente de un derivado de un tema *\*moi-tu-*”, acabando afinal por traduzi-lo como ‘dádiva’, ‘oferenda.’<sup>43</sup>

Nestoutra circunstância e se se acolher estas hipóteses etimológica e semântica, porém considerando estar perante uma forma verbal, em concreto 2.<sup>as</sup> pss. sg. do conj. pres., o significado seria: ‘que ofertes’, ‘que se ofertem’.

A palavra *erba*, que consta na linha 4 de “Arroyo I” e que durante largo tempo constituía uma ocorrência singular em Lus., possui hoje um evidente segundo testemunho na forma ac. sg. *erbam* da linha 1 da lápide de Arronches. Aqui, não há dúvida que se trata de um animal, o último — e assim, porventura, o mais valioso — de uma oferenda tripla sacrificada à divindade cujo truncado teónimo inicia este texto: *-am, oilam, erbam*. Assim, também em “Arroyo I” *erba* se reporta decerto a um animal; constituindo, do ponto de vista morfológico, um ac. pl., cuja ausência de sibilante final encontra paralelo na forma *oila* duas vezes patente na inscrição de Arronches.

Da raiz PIE *\*h<sub>1</sub>er-*, ‘determinado animal doméstico’, formaram-se vários designativos de animais em vários domínios linguísticos: assim, *v.g.*, por intermédio da ampliação PIE *\*h<sub>1</sub>er-i-(e)t-*, conducente ao PIt. *\*a/eriēt-s*, o Lat. *aries*, ‘carneiro’, e o Umb. *erietu* (ac. sg.) < *\*eritu*, talvez também ‘carneiro’; e, directamente da referida raiz, quer o Gr. *ἔριφος*, ‘cabrito’; quer, sobretudo, a forma PCelt. *\*erbā*, ‘gamo’, ‘cabrito-montês’, donde designadamente deriva o AÍr. *erp, eirp, erb*, ‘cabra’, ‘vaca’ (De Vaan 2008, 54; Beekes 2010, I, 460; Matasović 2009, 117; Búa [2000], 49; Prósper e Villar 2009, 6; Pokorny 2007<sup>2</sup>, 921).

Dentro destas concretas opções semânticas e atendendo à referida posição cimeira de *erbam* na série ofertória tripla documentada em Arronches, a seguir a uma *oilam*, seleccionámos então o significado ‘vaca’ (Cardim 2010, 46), escolha que por enquanto não vemos razões para alterar.<sup>44</sup>

Segue-se ARIMO, considerando nós plausível a proposta etimológica de Prósper 2002, 74-75, quanto a este vocábulo: do PIE *\*H<sub>2</sub>eri(H)-mo-*, cujos

43 Esta solução implica supor que o ditongo *oi*, geralmente mantido em Lus., tenha sido aqui grafado *ui*.

44 Recordemos que, em Fráguas, a uma *oilam* — embora *usseam* — sucede um *taurom*; e que, em Arronches, a duas oferendas de *X oila* encontramos, seguidamente, uma de *X tau[ro]*.

“correlatos cercanos son gr. (...) ἀριθμάζει . ἀρμόζει, airl. *rím* ‘número’, aaa. *rīm* ‘serie, secuencia, número’, (...) lat. *ritūs* ‘cerimonia, costumbre, uso’”.<sup>45</sup> “Por tanto, ARIMO y ARIMOM<sup>46</sup> significan probablemente algo parecido a ‘cantidad, número’”.

Mas, enquanto esta autora entende ARIMO, em conexão com PRAESONDO, como um sintagma que “podría estar tanto en dativo como en ablativo de singular”, nós optamos compreender tal expressão em ac. pl., paralelizando ambas as formas, no seu aspecto morfológico, com o unanimemente reconstituído TAV[RO] da lápide de Arronches.

No que se refere a PRAESONDO, Prósper 2002, 75-76, defende para ele uma protoforma *\*prai-sod-no-*, que considera ter “una parcial correspondência procedente de *\*prai-sod-yo-* en lat. *praesidium* ‘protección, ayuda’ (...) y otra en lat. *subsidium* (...) ‘base, fundamento’”, concludindo não ser portanto absurda a suposição deste vocábulo “venir a significar ‘puesto delante, avanzado, presentado’ o algo derivado semánticamente a partir de aquí como ‘ofrecido’, ‘cedido’”.

Interpretamos pois, conforme segue — ou de modo similar —, a frase SECIAS ERBA ‘MVN’ITIE AS ARIMO PRAESONDO: “Que se separem as vacas para *Munitie* (e) que se sacrifiquem as quantidades apresentadas”. Ou, se se conservar incólume a versão registada nas fontes documentais — ou seja, sem qualquer divindade explícita —, SECIAS ERBA MVITIEAS ARIMO PRAESONDO: “Que se separem as vacas (e) que se ofertem as quantidades apresentadas”.

#### 2.4. Linhas 6-7: *singeieῑo indi ava/avea indi vea*

Apesar das hesitações de Boxoyo e Masdeu e do anónimo quanto à leitura da primeira palavra em análise, supomos poder fixá-la, conforme a maioria dos analistas antecedentes, como SINGEIEῑO.

A linha 7 inicia-se indubitavelmente por INDI, pois não apenas o ms. de Madrid assim o regista como, afinal, também a transcrição original de Bo-

45 Pokorny 2007<sup>2</sup>, 182; De Vaan 2008, 524, s.v. *ritūs*, *-ūs* ‘religious observances, rites’; Beekes 2010, I, 131, s.v. ἀριθμός [m.] ‘number, payment’; Matasović, 2009, p. 313, s.v. *\*rīmā*, ‘number, count’.

46 Esta forma ac. sg. em “Arroyo II”, linhas 2/3.

xoyo, salvaguardada através de uma errata que Masdeu apôs na p. 688 do seu volume<sup>47</sup> (a qual reproduzimos na base da fig. 4).

O anónimo enganou-se na cópia do INDI seguinte, mas assinala um detalhe provavelmente importante ao transcrever o segundo vocábulo. Desde sempre lida, de acordo com o testemunho de Boxoyo e Masdeu, como AVA — e analisada em conformidade —, o autor do ms. não só explicita no seu esboço ser esta palavra atravessada, entre o -V- e o -A, pela fenda vertical que afecta o campo epigráfico como, de evidente forma propositada, regista nesse concreto espaço um pequeno traço horizontal a meia altura das letras.<sup>48</sup> Atendendo ao contexto lexical desta linha, supomos pertinente lançar a hipótese de tal pequeno traço representar tudo quanto restaria bem visível — a barra medial — de um E maioritariamente destruído pela abertura da referida fenda, ou por ela bastante dissimulado. E, se assim fôra, deveríamos então considerar AVEA.

A explicação morfológica de Prósper 2002, 76, para SINGEIEȚO<sup>49</sup> — até certo ponto, aliás, na esteira da de Tovar 1960, 114; 1961, 93 — parece-nos acertada. Trata-se de uma forma verbal imperativa: um imperativo de futuro da 2.<sup>a</sup> (ou 3.<sup>a</sup>) ps. sg.; porém, não articulado com as palavras que o precedem, conforme pensa esta investigadora, mas sim com as que se lhe seguem. Também na perspectiva etimológica concordamos com Prósper. SINGEIEȚO derivaria “de un compuesto \*sem-kiH-eye-tōd, ‘juntar, reunir’ ”; considerando-se ainda que “su correspondencia más cercana es lat. *cieō* ‘poner en movimiento’ ”. Vem assim a propósito recordar que o Lat. *cieō*, bem como o Gr. κινέω, de idêntico significado, provêm do PIE \**kei*(*h*<sub>2</sub>)-, ‘começar a mover’, assinalando-se por fim — como claro paralelo formal e semântico para SINGEIEȚO — o composto συγ-κινέω-ω̃, ‘mover conjuntamente’, ‘mover-se com’, ‘mover-se ao mesmo tempo’ (Pokorny 2007<sup>2</sup>, 1570-1571; De Vaan 2008, 113-114; Chantraine ed. 1970, II, 533; Beekes 2010, I, 700).

SINGEIEȚO, pois, poderá compreender-se como uma injunção de cariz ritual: ‘percorrerás (conjuntamente)’. O significado essencial deste verbo

47 Significativo pormenor facultado já a Untermann por M.P. García-Bellido (*uid. MLH IV*, L.1.1).

48 Também Cerrillo 2017, 173, ao transcrever o registo da epígrafe segundo o ms. anónimo integrado na *sylloge* de Forner, assinala já este curto traço horizontal.

49 SINGEIEȚO é, logo a partir de Hübner *MLI* 46, a reconstrução quase consensual deste vocábulo; a qual, atendendo sobretudo ao registo de Boxoyo *ap. Masdeu*, parece de facto, do ponto de vista paleográfico, a mais apropriada.

lusitano não andaria longe, cremos, do do verbo latino *collustrare*, na sua primordial acepção: ‘percorrer’, ‘atravessar’ um determinado espaço (OLD 2010, 354 cl. 2, s.v. *collustrō*, 3; cf. ainda *conlustrium*, in CIL V 5005;<sup>50</sup> e Tacito, *Ann.* 2.45.3, “*equo conlunstrans*”<sup>51</sup>).

Importa agora referir a sequência INDI ... INDI, sob um aspecto que não nos recordamos ter sido já antes evidenciado. De facto, não se trata aqui de uma vulgar utilização desgarrada, ou aleatória conforme o número de vocábulos a ligar, de simples partículas copulativas, mas sim de uma intencional alternância binária que expressa correlação, complementaridade: ‘quer isto, quer aquilo’. Aliás, a posição do primeiro INDI ainda antes do substantivo a que se reporta, devendo em paralelo compreender-se a posição do segundo INDI também antes do substantivo a que se refere — e não copulativamente entre os dois —, acentua o seu expressivo cariz disjuntivo.

Há vantagem de analisar os vocábulos AVEA e VEA em simultâneo. Desde já afirmamos que, morfologicamente, cremos estar perante formas substantivas de ac. pl. de tema em *-a*.

Quanto ao segundo, Prósper 2002, 78,<sup>52</sup> afirma, entendemos que com razão: “VEAM es directamente comparable a lat. *uia*, umbro VIA, VEA ‘camino’, osco VÍÚ, procedente de \**weyā*”<sup>53</sup>.

Assim, aproximaremos AVEA ao Lat. *avīa*, sb. pl., ‘lugares onde não há caminhos traçados’, bem como a *āvīus*, *-a*, *-um*, adj., ‘onde não há caminho traçado’, ambos bem atestados na literatura latina (OLD 2010, 214 cl. 3 s.v. *āvīa*<sup>3</sup>; e 215 cls. 2-3 s.v. *āvīus*, *-a*, *-um*, acepp. 1 e 2).

SINGEIETO INDI AVEA INDI VEA haverá, pois, de interpretar-se da seguinte forma: “Percorrerás quer onde não há caminhos, quer os caminhos”.

---

50 De Ruggiero 1961<sup>2</sup>, II, 603 cl. 1; e Gatti 1999.

51 Robin 1978.

52 Esta autora, unindo numa só palavra o final da linha 7 e o início da 8, reconstitui VEA / VN como \*VEA/M, o que não altera a possível bondade da sua interpretação etimológica. Já Pérez 1978, 795, afirmava, quanto a este vocábulo: “no hay obstáculo para compararlo con lat. *via* como hipótesis de trabajo”.

53 E acrescenta: “y sin correspondências aparentes fuera de la familia itálica”. Mas De Vaan 2008, 673-674, remontando à raiz PIE \**uih<sub>1</sub>-eh<sub>2</sub>-*, ‘perseguição’, apresenta cognatos também em Sk., Av., Gr. e Lit., todos porém afastados do concreto significado viário que assumem as formas itálicas, as quais reflectem um PIIt. \**wijā*, ‘caminho’.

## 2.5. Linhas 8-10: *u'n+ indi pedagarom teucaecom indi nurim*

Na nossa opinião, esta sequência forma um trecho uniforme e coerente, no âmbito de uma frase algo mais ampla, que termina na linha 11.

Aceitamos VN como uma palavra a parte inteira,<sup>54</sup> embora seja plausível que a forma completa exija supomos um nexos simples, -‘NA’, -‘NI’, ou -‘NV’. É assim possível que estejamos perante um derivado do PIE *\*Hoi-no-*, ‘um’, com cognatos provindos do PIt. *\*oino-*, entre os quais destacaremos (*uid.* De Vaan 2008, 642) o adj. numeral lat. cláss. *ūnus*, ‘um’, Umb. *ūnu* (Blažek 1999, 11)<sup>55</sup>. Privilegiamos a reconstituição V‘NV’<sup>56</sup>, entendendo-a como uma forma ac. pl. aproximável do referido adjectivo latino na sua arcaizante e rara utilização como numeral distributivo, ‘um a um’ (Coleman 1992, 390 e 419). Esta nossa hipótese só é credível, porém, se admitirmos uma directa influência da corrente forma latina neste vocábulo, pois em Lus. — tal como, aliás, no Lat. arc. (v.g. Baldi 2002, 248) — a situação normal é a manutenção do ditongo *oi*, conforme podemos constatar nos próprios textos em *Loimínna* (Fráguas) e, nalguns casos, também na onomástica pessoal (Vallejo 2005, 699).

O esboço do anónimo dissipa-nos todas as dúvidas quanto à primeira letra do vocábulo subsequente, a qual se revela um P com o traço 2 pequeno e aberto, muitíssimo similar aos PP de PVPPID, patentes na linha 2 de “Arroyo III” (fig. 7). Deveremos, pois, ler PEDAGA/ROM, que consideramos um substantivo de tema em *-o* no ac. sg..

Compreendemos PEDAGAROM como uma forma substantiva composta,<sup>57</sup> *ped-agaro(m)*.

Quanto ao primeiro elemento, *ped-*, interpretamo-lo como ‘campo’, ‘terreno’, derivação do PIE *\*ped-o*, ‘pisado’ > ‘passo’, ‘lugar’, de *\*ped-*, ‘pisar’, ‘andar sobre’ > *\*ped-*, ‘pé’. No domínio Itálico, cf. o Lat. *oppidum* < *\*op-pedo-*, ‘aquilo que está em frente dos pés’; Umb. *\*pedom*, ‘solo’, ‘terra’, ‘terreno’ < *\*ped-ó-*, ‘pisado’, ‘percorrido’. Em Gr., *πέδον*, subs., ‘aquilo sobre o que repousa o pé’, ‘solo’, ‘solo de um santuário’, ‘terra’, ‘território’; *πεδίον*, subs., ‘planura’, ‘terra lavrada’,

54 Interpretação admitida já por Whatmough 1970, 1345, conforme vemos através da sua transcrição da epígrafe.

55 Cf. ainda, porém, pela similitude gráfica com V‘N+’, o adv. lat. *ūnā*, ‘juntamente’, ‘ao mesmo tempo’; a 2.ª ps. do imp. pres. *uni*, do vb. *Ūnīre*; e a 2.ª ps. do imp. pres. *una*, do vb. *Ūnāre* — ambas significando ‘junta’, ‘une’, ‘reúne’.

56 Por *\*uno(s)*; *-o* > *-u*.

57 Cf. Untermann *MLH* IV, 750

‘campo’. Veja-se também Sanscr. *padá*, ‘passada’, ‘parcela de terreno’. E ainda o PCelt *\*fedo-*, ‘espaço’, ‘distância’, de um gen. *\*fed-os*, [‘de x pés’?] reportável ao PCelt *\*fod-*, ‘pé’, PIE *\*pod-*, ‘pé’ (Pokorny 2007, 2388; Chantraine ed. 1974, III, 867; Beekes 2010, II, 1160-1161; De Vaan 2008, 430-431; Matasović 2009, 126-127 e 136).



Fig. 7. (a) anónimo, linha 8, PEDAGA/; (b) “Arroyo III”, linha 2, PVPPID.

Quanto a *-agaro(m)*, comecemos por recordar a hipótese de Prósper 2002, 79: “cabría suponer que —<AGAROM> es una representación gráfica del ac. sg. de *\*agros*, ‘campo’”. Neste pressuposto, deverá aqui destacar-se e pôr em paralelo a ideia de ‘terra cultivada’ que detém o Lat. *ager*, aliás oposta ao conteúdo semântico da original raiz PIE *\*h<sub>2</sub>eg-ro-*, ‘campo inculto’, ‘pastagem’ (De Vaan 2008, 29). *Ped-agaro(m)* significaria, assim, ‘terreno, campo de cultivo’.

Mas talvez seja de igual modo legítimo confrontar a raiz subjacente ao tema *-agaro(m)* com o PIE *\*h<sub>2</sub>ek-os*, ‘agudeza’ > ‘palha’, ‘invólucro da espiga’ > *\*akos-*, ‘espiga’. E trazer à colação o Lat. *agna* < *\*aknā*, “espiga” (Delamarre 1984, 159; De Vaan 2008, 23-24, 29). *Ped-agaro(m)* significaria, pois, ‘campo de espigas’, ‘terreno cerealífero’.

TEVCAECOM — *teuc-aeco(m)* —, conforme análise praticamente consensual (Wodtko 1997, 742), consiste numa forma adj. ac. sg. de tema em *-o*, que concorda com o subs. PEDAGAROM e o qualifica. Prósper 2002, 79, aliás na sequência de Schmidt 1985, 334, aponta-lhe uma etimologia clara: de

\**teukom* ‘esperma, semente’, derivação do PIE \**teuk-*, ‘semente’, ‘broto’, ‘prole’ (Pokorny 2007<sup>2</sup>, 3120).<sup>58</sup>

NVRIM, forma ac. sg. de um subs. — ou de um adj. substantivado — masc. de tema em *-i*, é-nos da seguinte forma explicada por Prósper 2002, 78-79: “NVRIM procede de \**newr-yom*. (...) Se refiere probablemente a un *ager novalis* o campo no cultivado”. A autora considera, pois, estar perante uma formação em *-r-* derivada do PIE \**neuo-*, ‘novo’, tal como — conforme aliás refere, em apoio da sua hipótese — o Gr. *νεαρός*, ‘jovem’ (Beek 2010, II 1009)<sup>59</sup> e o Arm. *nor* < \**neueró-*, ou similar, ‘novo’ (De Vaan 2008, 416). Prósper admite ainda, talvez, um confronto com o Lat. *nouer-ca*, ‘madrasta’, vocábulo cuja origem, no entanto, não é consensual.<sup>60</sup>

A tese de Prósper colide porém com a reconhecida manutenção, em Lus., do ditongo *eu* (Vallejo 2005, 698; 2013, 281) — por exemplo, nesta mesma epígrafe, em TEVCAECOM. Assim, cremos oportuno procurar um contexto alternativo para compreender o significado de NVRIM. Referimo-nos à proposta de Pérez 1978, 797, de relacionar esta palavra lusitana com alguns vocábulos patentes nos falares românicos do Noroeste peninsular e cuja origem é comumente atribuída a um antigo substrato, entre os quais o Ast. *noriu*, ‘montón de piedras sacadas de la tierra’, e — com metátese — o Gal. *noiro*, ‘abultamiento pequeño del terreno’<sup>61</sup>. A estes exemplos adicionaríamos, v.g., o Leon. *nueiro*, ‘terraplén o talud entre dos parcelas’ (Riesco 2020, 55-56) e ainda as variantes asturianas *nuriu* e *noru*, com o mesmo tipo de valores semânticos antes indicados quanto a *noriu* e a *nueiro* e, também, o de ‘pedazo de tierra mala que no se puede arar’ (García 2002-04, s.v.).

Hubschmid 1960, 62, reconstitui, por detrás deste grupo lexical, uma anterior forma \**nuriu*; ou, segundo Blasco 2009-10, 140, \**nürium*. Estes linguistas, entre outros na sua esteira, supõem-na aparentável com uma raiz \**nür*, ‘agre-

58 Cf. também, no mesmo sentido, Witczak 2005, 163, 164, 169, 256, 257; *uid.* ainda Blažek 2006, 9.

59 Cf. ainda forma contracta *νηρός*, ‘fresco’, no sentido de ‘novo’, de ‘recente’ (Beek 2010, II 1018).

60 Ernout e Meillet 1985<sup>4</sup>, 448 cl. 1, e Pokorny 2007<sup>2</sup>, 2202, sem expressarem dúvidas, classificam *nouer-ca* como mais uma formação em *-r-* derivada do PIE \**neuo-*, a par dos exemplos grego e arménio. Mas para De Vaan 2008, 416) tal relação não poderá ser directa, “since \**neur-* would yield Latin \**nur* (or \**nerv-*)”, supondo que *noverca* deva antes constituir uma formação recente construída já a partir do Lat. *novus*.

61 Quanto a este último vocábulo e seu enquadramento lexical galego, *uid.* Rivas 1994, 75 § 22.

gado de pedras’, subjacente ao Sardo *nurra*, *nurre*, ‘montão de pedras’, ‘conglomerado de pedras’, e a *nurake*, *nurage*, *nuraghe*, *nurac(c)i*, *nuraxi*, *nurazzi*, *norake*, variantes do vocábulo regional<sup>62</sup> que designa as construções pétreas proto-históricas tipo *thólos* existentes na ilha (Hubschmid 1953, 44-47; Blasco 1984, 11 § 6.2.4.5; 2009-10, 139-141; 2010, 74-75, 108-110; Ugas 2005, 22-38; 2014, 11). Note-se que estoutro vocábulo surge registado já — sob a forma locativa *nurac* — numa inscrição latina do séc. I d.C. (*uid.* Mastino 2007), assumindo tal testemunho, no presente contexto, relevante importância pois demonstra estarmos de facto perante uma realidade linguística antiga.

Tratar-se-ia assim — em alternativa — (a) ou de um grupo lexical pertencente a um antigo substrato mediterrânico com posterior extensão a determinadas regiões ibéricas (pressuposto talvez mais atendível, considerando o timbre da vocalização em *-u-*, que aparenta ser o predominante no vocabulário analisado)<sup>63</sup>; ou (b) de um grupo lexical pertencente a um substrato paleohispânico<sup>64</sup> a dada altura expandido pelo Mediterrâneo ocidental, designadamente pelas Baleares e pela Sardenha. Em qualquer dos casos, nesta última ilha esse contexto linguístico já se encontraria activo, pelo menos, na Idade do Bronze (Ugas 2014, 11). Em ambas as hipóteses, o Lus. NVRIM constituiria pois um empréstimo — directa ou indirectamente importado — de uma língua anterior,<sup>65</sup> decerto não indoeuropeia. NVRIM poderia assim referir-se a um “terreno pedregoso”, realidade geomorfológica tão frequente — conforme vimos já — em torno do Castro de Sansueña.<sup>66</sup>

62 Pittau 2015, 367-368 s.v. *nurache*; “da un radical *nur-/nor-* e da un suffisso *-aki/-ake* che appare molto simile al suffisso greco *-akos* e a quello latino *-acis*, facendo pensare ad una forma aggettivale” (*uid.* Ugas 2005, 22).

63 Cf. a afirmação de Ugas 2005: “le forme in *nor-* nascano da adattamenti ai timbri vocalici indoeuropei di una originaria radice mediterranea *nur-*, oppure che, al contrario, fu il radicale *nor-* (protoiberico-indoeuropeo?) a trasformarsi in *nur-* per adattarsi ai timbri mediterranei”.

64 Embora, no âmbito desta hipótese, nunca possamos partilhar com um Hubschmid, sobretudo na sua primeira fase, nem com seus predecessores (designadamente Wagner) ou recentes sucessores (como Blasco), a ideia de uma origem num aludido “Paleobasco”, nem a pretensão proximidade admitida entre este último idioma e o Ibérico (cf. a propósito, p.ex., a pertinente síntese crítica que Santano 2000 faz a estas infundamentadas posturas).

65 Utilizamos aqui o termo ‘substrato’ em sentido lato, sem qualquer preconceito quanto à sua eventual origem ou especificidade, que evidentemente desconhecemos.

66 “*Nurim* equivaldría a los canchales extremeños, que existen en el lugar” (Pérez 1978, 797; cf. ainda 1993, 213-214 n. 139).

Ora, independentemente do valor semântico concreto de *nurim* no contexto das diferentes propostas analisadas, o sentido global da frase em que este vocábulo se integra não se modifica: duas realidades opõem-se em simetria (*indi ... indi ...*): a primeira, constituída por subs. + adj., refere-se a um terreno semeado (ou de semeadura); a segunda, constituída por um subs. — ou um adj. substantivado —, reporta-se por contraste a uma parcela sem cultivo (ou por se encontrar em pousio,<sup>67</sup> ou, supomos mais acertadamente, pela sua intrínseca inaptidão agrícola). Esta estrutura, composta pela sequência de duas unidades semânticas antagónicas expressas em complementar alternativa, verifica-se já, conforme vimos — e se interpretamos bem a epígrafe —, na frase anterior: *indi aveã indi vea*.

Em conjunto, o trecho V‘N+’ INDI PEDAGAROM TEVCAECOM INDI NVRIM, significaria pois: “Um a um, quer o campo cerealífero semeado quer o terreno pedregoso”.<sup>68</sup>

## 2.6. Linhas 10-11: *iteude+ec rurse+ico*

O presente segmento textual complementa o anterior e conclui a frase.

No seu começo, estoutro trecho parece ser constituído por duas formas adverbiais reunidas por conjunção copulativa enclítica. A leitura de tal sequência não é óbvia nem na transcrição de Boxoyo *ap.* Masdeu nem na do anónimo. No entanto, o confronto entre as duas versões permite-nos propor a seguinte reconstituição: ITE / VDEMEC.

67 Sobre a rotação de culturas em contexto romano, e sobre os *novalia*, *uid.* v.g. White 1970, 285-287; e Kron 2000, 279-285; ambos com larga utilização das fontes clássicas. Do exame desses documentos conclui-se que a referida rotação seria preferencialmente executada dentro de um tradicional sistema de “ley-farming”, incluindo uma fase de pastos ou forragens, tal como ainda hoje acontece na região de Sansueña (*uid.* n. 68).

68 No Castro de Sansueña foram encontrados, em prospecção de superfície, “un significativo número de molinos rotatórios y de vaivén”, supostamente datáveis entre os séculos IV-III e II-I a.C. (Rodríguez *et al.* 2014, 209, 211 e fig. 15.5), de tipologia equiparável a outros descobertos em contextos paralelos do Guadiana e do Médio Tejo extremenho, alguns dos quais apresentando resíduos de bolotas e de cereais. Não logramos porém, com os dados neste momento disponíveis, saber que produtos concretos moeriam os exemplares de Sansueña. Excepto a sul, onde o rio Salor lhe corre tangente, e ainda nas zonas periféricas do Arroyo de Sansueña, pejadas de afloramentos grauváquicos, este povoado encontra-se rodeado por um conjunto de vastos terrenos na actualidade dedicados ao cultivo de “pastos y cereal, con manchas de monte abierto de encinas” (Ongil 1986-87, 323), realidade que podemos confirmar através do exame do *MCA.AL*, em cuja memória descritiva (19) nos é ainda explicitado que nestas superfícies de trabalho extensivo se segue, quase sem excepção, o sistema de rotatividade cereal-pastos-pastos-pousio.

Nas duas cópias, várias letras são registadas completas e de forma análoga: o I inicial; e os primeiros três caracteres da linha 11: VDE. Também o T de ITE encontra-se íntegro no anónimo. O E desta partícula vem sobretudo sugerido em Boxoyo *ap.* Masdeu, pois no contexto dificilmente se adequaria um F. Quanto ao M de VDEMEC, na reprodução da *Hist. Crit.* apenas nos surge um espaço em branco e, a seguir, uma algo indefinida haste vertical; mas no esboço manuscrito vem assinalada uma letra incompleta, que o transcritor sugeriu poder ser um R — o que demonstra ter enxergado aqui algum traço oblíquo. Conciliando as duas leituras, mais facilmente superíamos um N. Mas, então, haveremos de admitir VDENE<sup>c</sup>. Talvez que a elisão com a partícula copulativa tenha, do ponto de vista de uma maior aproximação à oralidade, proporcionado esta ortografia.

A forma adverbial *ite* haverá de aproximar-se do Lat. *ita*, adv., ‘assim’, ‘deste modo’, ‘nestas condições’, ‘nestas circunstâncias’; do PIt. *\*i-to*; do PIE *\*h<sub>1</sub>i*, ‘de tal modo’ e *\*to-*, ‘o/a’, ‘isto’ (De Vaan 2008, 166 e 311).

Por sua vez, confronte-se *udem/ñ* < *\*ōdem*, com o Lat. *eōdem*, adv., ‘para o mesmo lugar’, ‘na mesma situação’, ‘para o mesmo fim’, ‘para o mesmo resultado’.<sup>69</sup>

No que respeita a conjunção copulativa enclítica *-ec*, proporciona-se compará-la com a partícula copulativa *-igo* < *\*-iko* patente na ara latino-lusitana de Viseu. Se seguirmos a explicação proposta pelos editores desta última epígrafe para o *-i-* de *-igo* (Fernandes *et al.* 2009, 147), poderíamos de idêntico modo entender o *-e-* de *-ec* como uma vogal protética. Cf., porém, o Celtib. *ekue* < *\*et-k<sup>w</sup>e*, conjunção de coordenação forte paralela à gaulesa *etic*, ‘e’, ‘ainda’, de *\*eti-k<sup>w</sup>e*, contracção do adv. IE *\*éti*, ‘ainda’ (Lat. *et*, Gr. *ἔτι*, Gaul. *eti*) e da partícula copulativa IE *\*-k<sup>w</sup>e* (Lat. *-que*, Fal. *-qe*, Mic. *-qe*, Skt. *-ca*, Av. *-ca*) (Villar e Jordán 2001, 118-119; Jordán 2004, 161; 2019, 238; Delamarre 2003<sup>2</sup>, 166-167; Matasović 2009, 119 s.v. *\*eti*; De Vaan 2008, 195, 506). Assim, deveremos talvez procurar antes para *-igo* < *\*-iko* uma explicação deste mesmo tipo, abandonando a ideia de estarmos perante um mero fenómeno de prótese. E, também, para o Lus. *-ec*. Note-se que a redução do IE *\*-k<sup>w</sup>e* a

69 De *īdem*, derivado de *is*, *ea*, *id*, ‘o’, ‘a’, ‘ele/-a’; PIt. *\*is*, *\*ejo/ā*, *\*im*; PIE *\*(h<sub>1</sub>)i-*, ‘ele/-a’, e da partícula *-dem*; PIt. *\*-im*; PIE *\*im*, ‘este’ (cf. De Vaan 2008, 166, 295 e 309-310). “*Is*, *ea*, *id* est dérivé d’un thème *\*ei-*, *i-*, élargi en *\*eyo-*, *\*eya-* (au féminin) pour la plupart des cas. En indo-européen, le radical *\*ei-* servait à fournir la forme du nominatif (...); le reste de la flexion était obtenu avec *\*e/o-* (...). Dans la flexion de *is*, les formes de *\*e/o-* ont été remplacées par le dérivé *eo-*” (Ernout e Meillet 1985<sup>4</sup>, 324 cl. 1). Haveria ainda de consentir a possibilidade  $\bar{o} > \bar{u}$  em Lus..

um simples *-c* encliticamente colocado no final da palavra estará documentada no Gaul. *eti-c*, onde a partícula copulativa IE *\*-k<sup>w</sup>e* surge em grau zero, *-c*; enquanto que no Celtib. *e-kue*, o adv. IE *\*éti* se reduz a *e-*; e na partícula copulativa *-igo* < *\*-iko*, patente na ara de Viseu, a *-i*. Na conjunção copulativa enclítica Lus. *-ec* reunir-se-ão, pois, estes dois tipos de fenómenos: *e-c* < *\*e-ke* < *\*et-k<sup>w</sup>e* < *\*eti-k<sup>w</sup>e*.

Assim, interpretamos a sequência *ite udem/ñ-ec* como ‘em tais circunstâncias e para o mesmo objectivo/resultado’.

Segue-se, a terminar a frase em análise, RVRSE+[?]ICO. Para lá da reconstituição dos caracteres incompletos<sup>70</sup> — e ainda de algum outro porventura desaparecido —, cremos estar perante o ac. pl. de um adj.. Segundo Prósper (2002, 80-81), a raiz deste vocábulo, precedida pelo prefixo intensivo *re-*, assentará no PIE *\*uert-e/o-*, ‘voltar’, ‘virar’, ‘gitar’, possuindo esta forma composta lusitana um significativo cognato no Lat. *rursum*, *rursus*, adj., ‘retrocedendo’, ‘voltando atrás’, ‘de novo’, ‘pela segunda vez’.<sup>71</sup> Esta investigadora, porém, não deixa de salientar encontrarmo-nos “ante un prevérbio/prefijo sin correspondências fuera del itálico”, salientando ainda que, no Lus., “el resultado más probable del IE /r/ es *-ur-*”. Assim, para admitirmos a sua hipótese — semanticamente tão sedutora no âmbito da nossa interpretação do texto —, teremos de supor, uma vez mais, directa influência do Latim no léxico lusitano.

Um caminho alternativo lograria porventura considerar, como ponto de partida, o IE *\*h<sub>1</sub>rōs*, subjacente a vários vocábulos, em várias línguas, ligados ao elemento líquido em movimento (como, *v.g.*, o Lat. *rōs*, *rōris*, ‘orvalho’, De Vaan 2008, 526-527), no sentido de ‘fluir’, ou apenas de ‘pôr em movimento’ (Pokorny 2007<sup>2</sup>, 906ss.). Porém, teríamos de admitir a evolução *ō* > *ū*, discutível em Lus. (Vallejo 2005, 694).

70 RVRSE[A]ICO: Hübner *MLI* 67; Schmoll 1959, 28 (Untermann, *MLH IV* 749; e BDHespCC.03.01); Prósper 2002, 80 (*HE* 9 2003, 248 c.; Estarán 2016, 281); RVRSE[E]CO: Whatmough 1970, 1345. RVRSE[N]CO: Gómez-Moreno 1942, 11 (= 1949, 204-205); Tovar 1960, 114; 1961, 92-93; 1966-67, 243 n. 2; 1985, 233 n. 22; Faust 1975, 201; Pérez 1978, 797; Schmidt 1985, 320; Witczak 2005, 147, 165, 171; Blažek 2006, 9; Vaz 2009, 93. RVRSE[N/E]CO: Gorrochategui e Vallejo 2015, 350.

71 Cf. Lat. *verto* (arc. *vorto*), *vertere*, ‘voltar’, ‘virar’, ‘revolver’, ‘lavar (a terra)’; *verso*/*vorso*, *versare*/*vorsare*, ‘revolver’; *versus*, subs. masc., acção de voltar o arado no fim do sulco, ‘volta (dos bois que andam a lavar)’; PIt. *\*wert-e/o-*, *\*worsso-*; PIE *\*uert-e/o-*, ‘voltar’, ‘virar’, ‘gitar’ (De Vaan 2008, 666-667). Cf. ainda Lat. *re-*, prefixo intensivo, que expressa repetição; cf. Umb. *re-*, ‘outra vez’; PIt. *\*wre-*; PIE *\*ure-*, ‘para trás’ (De Vaan 2008, 516).

O exame das duas transcrições disponíveis indica-nos em RVRSE+[?] ICO, a seguir ao E: um traço vertical; um espaço representando vestígios literais incompreendidos; e um segundo traço vertical — que, no contexto, corresponderá certamente a um I. O anónimo, entretanto, inclui um A minúsculo na ruptura, dando-nos a entender ter aí observado um ou dois traços oblíquos, que todavia não logrou decifrar de forma segura, embora lhe tenham parecido um A.

Conjugando os dados, conquanto incertos, patentes nos dois documentos — e supondo assim que na lacuna assinalada poderiam constar uma ou duas letras (nesta derradeira hipótese sendo uma delas necessariamente estreita) —, colocamos, em alternativa e por ordem crescente de admitida probabilidade, as seguintes reconstituições (*uid.* porém n. 70): (a) RVRSENICO; (b) RVRSEN[T]ICO; (c) RVRSERICO; (d) RVRSEṬAICO. Em qualquer dos casos — seguindo-se provisoriamente a hipótese de Prósper, dentro dos condicionamentos que lhe poderão conferir eventual viabilidade — o sentido será idêntico ou similar: ‘reandados’, ‘percorridos’.

Traduzimos pois a frase completa, V‘N+’ INDI PEDAGAROM TEVCAE-COM INDI NVRIM ITEVDĒM/NEC RVRSE+[?]ICO, do seguinte modo: “Um a um, quer o campo cerealífero semeado quer o terreno pedregoso, deste modo e para o mesmo objectivo/resultado reandados para a frente e para trás”.

### 2.7. Linhas 12 e 13: [...?...]amb̄ilua[...?...] / [...?...] indi [...?...]

Estas regras são ocupadas pela zona mais truncada da epígrafe, ou mais difícil de ler. Trata-se da parte final — ou daquela que os seus transcritores consideraram como tal. De facto, possivelmente o texto continuava por mais algumas linhas, as quais estariam ocultas no séc. XVIII, quando o monumento foi examinado. Relembre-se que a lápide — artificial ou natural — deveria encontrar-se ainda *in situ*, verticalmente fixa no solo. É pois natural que a parte inferior do campo epigráfico se encontrasse já subterrada, e que mesmo alguns troços das linhas 12 e 13 estivessem escondidos por terra endurecida e/ou por fragmentos pétreos presos ao chão. Teremos assim de nos cingir à análise da versão imperfeita contida nos documentos subsistentes.

Começa aqui uma nova frase. O primeiro detalhe a evidenciar prende-se com a posição da sequência literal AMPILVA no âmbito da respectiva linha: Boxoyo — pelo menos na versão impressa na obra de Masdeu — coloca-a a meio da regra; mas, o anónimo, põe-na no começo. É verdade que ele faz aí guinar a fenda que serpenteia de alto a baixo pelo meio do campo epigráfico,

brusca e estranhamente, para a esquerda, ficando nós na dúvida se essa viragem existiria mesmo na pedra, ou se o transcritor, enganando-se ao escrever AMPILVA no início da linha — e não a meio —, recorreu depois como emenda mais fácil a tal desvio quando, por fim, representou a fissura que corria por entre as letras das várias regras da epígrafe. Seja como fôr, na insolúvel dúvida, teremos de ponderar objectivamente a diferença entre ambos os registos ao ensaiar a reconstituição desta parte do texto.

Se se entender como mais exacta, neste aspecto, a cópia de Boxoyo *ap.* Masdeu, várias opções se oferecem: (a) aceitar AMPILVA como vocábulo completo; (b) ou supor tratar-se de uma palavra truncada, no início, fim, ou em ambos: p.ex., [P]AMPILVA, AMPILVA[M], ou [P]AMPILVA[M]. Em qualquer dos casos haveria que admitir, em posição anterior, a copulativa/partícula correlativa [INDI]; teríamos de igual modo em conta que [?]AMPILVA[?] seria uma forma substantiva, à qual com probabilidade sucederia um adj., distribuído entre o fim da linha 12 e o início da 13; vindo depois INDI — conforme está expresso nas duas transcrições; sendo viável pensar-se que, por fim, surgisse um outro binómio subs. + adj.. Encontrar-nos-íamos assim perante uma formação frásica estruturalmente idêntica à anterior: [INDI] [?] AMPILVA[?] [.c.<sup>2</sup>./...c.<sup>6</sup>...] INDI [--- ---].

De acordo com esta hipótese, quer AMPILVA quer [P]AMPILVA, no ac. pl. ou, com a desinência *-m*, no ac. sg., poderiam porventura remeter para um campo semântico ligado à vinha.

Sugere Gómez-Moreno 1942, 11= 1949, 205, uma aproximação entre AMPILVA e o Gr. ἄμπελος, sub. fem., ‘vinha’, com vários derivados entre os quais recordaremos ἄμπελεών, ‘vinhedo’; e ἄμπελόεις, ‘coberto de vinhas’. Trata-se de uma realidade vocabular de base aparentemente não indoeuropeia, mas sim provinda de um anterior substrato mediterrânico (Chantraine ed. 1968, I, 77-78; Beekes 2010, I, 91). A forma *ampelos*, várias vezes documentada em Plínio (*HN* 1.54; 1.63; 23.11; 25.15; 27.3), parece corresponder a uma artificial latinização da palavra grega por parte deste erudito,<sup>72</sup> e não à sua comum divulgação no léxico de Roma. Para aceitar a inserção deste termo no léxico lusitano teríamos por força de o supor: (a) ou uma sobrevivência do citado substrato mediterrânico, directamente adoptada pelo Lus.; (b) ou um

72 *Labrusca quoque oenanthen fert satis dictam, quae a Graecis ampelos agraria appellata* (Plin., *HN*. 23.11).

empréstimo do Gr., a dada altura ocorrido. Nenhuma destas hipóteses nos parece muito credível.

A possível reconstituição [P]AMPILVA/-[M] será talvez mais verosímil,<sup>73</sup> pese embora remeter também ela para um (¿mesmo?) substrato mediterrânico (Ernout e Meillet 1985<sup>4</sup>, 478).<sup>74</sup> No entanto, a sua vulgar presença, p.ex. no Latim, é inequívoca. Aí vamos encontrar *pampīnus*, ‘pâmpano’ (ramo de videira com folhas), ‘parra’, ‘vergôntea/renovo de videira’, com alguns derivados, como *pampinēus*, -a, um, ‘coberto de pâmpano’; ‘de videira’. Este vocabulário está já documentado em antigos autores que tratam *de Re Rustica*, como Catão (33.4) ou Varrão (1.31), e vulgarizou-se tanto que, mais tarde, veio a entrar na maioria das línguas românicas (cf. REW 6185). Não é inviável, pois, que haja também, ou cedo ou por influência latina, chegado ao Lus..

Porém, seguindo o testemunho gráfico do anónimo e supondo-o acertado, haveríamos de anuir que a linha 12 — e a nova frase aí iniciada — começaria de facto por AMPILVA, opção que revogaria as anteriores deduções. Teríamos assim de encarar outro prisma interpretativo, p.ex., reconstituir AMBILVA[S] e entender tal palavra como forma verbal, em concreto — e tal como SECIAS e AS (ou MVITIEAS) — como uma 2.<sup>a</sup> pes. sg. do conj. pres., com o sentido de ‘que se ande à volta’ (no âmbito de um ritual purificador).

Untermann e Wodtko *MLH* IV, 729 n. 8, 734 § 223, 738, admitindo também eles — na sequência de Schmidt 1985, 330<sup>75</sup> — estarmos em AMPI-LVA perante a preposição *ambi-*, colocam significativamente em alternativa as hipóteses: (a) de o P representar o B; ou (b) de existir neste registo um erro de transcrição, P por B.<sup>76</sup> De facto, como em Lusitano e no presente contexto não parece viável legitimar o ensurdecimento da sonora (De Hoz 1993, 387), para sustentar a proposta equacionada torna-se realmente necessário aceitar o referido lapso de cópia e — se se seguir este caminho — partir do princípio de que na pedra poderia estar na verdade escrito AMBILVA[S].

Nesta conjectura, que cremos provável, deixaria de haver obstáculo à preposição *ambi-*, do PIE *\*h<sub>2</sub>mb<sup>h</sup>i*, ‘à volta’, ‘para’, que através do PIt. *\*ambi*

73 Cf. já, dentro de uma perspectiva até certo ponto similar, Pérez 1978, 798-799.

74 “Il peut s’agir d’un mot d’une langue méditerranéenne qui aurait été adapté de façons différentes en grec et en latin par des intermédiaires inconnus” (Meillet 1928, 85; *uid.* ainda 1908-1909, 163).

75 Que porém raciocina em termos célticos. Cf. já Hübner *MLI* 46: “*ampilua* admonet vocabulorum Celticorum cum *ambi-* compositorum”.

76 Para Untermann *MLH* IV, 738, trata-se de um substantivo neutro no ac. pl..

está também representada no Latim, designadamente no vb. *ambīre*, “andar à volta”, “rodear” (De Vaan 2008, 37).<sup>77</sup>

Quanto ao segundo elemento, -LVA[S], poderá confrontar-se a idêntica 2.<sup>a</sup> ps. sg. do conj. pres. do vb. latino *luĕre*, ‘sofrer’ (um castigo, um destino), ‘expiar’, ‘cumprir’ (satisfazer um compromisso), do PIE aor. *\*l(é)uH-*, ‘soltar’, ‘libertar’, etimologicamente relacionável, segundo Serbat 1975, 312 — e, na sua sequência, De Vaan 2008, 354-355 —, com *lūstrum*, ‘rito de purificação’, *lūstrāre*, ‘purificar’, ‘andar à volta’.

Porém, é possível que a divisão mais correcta para a forma ora proposta seja, afinal, AMB-I-LVA[S]. Teríamos aqui um segundo conjunto equiparável ao Lat. *ĕ-lŭō*,<sup>78</sup> ‘lavar’, ‘purificar’, porém construído com base no PIE aor. *\*l(é)uH-*, ‘soltar’, ‘libertar’ e não no PIE *\*(le)louh<sub>3</sub>-*, ‘lavar’.<sup>79</sup>

*Amb-i-lua[s]* envolveria pois o sentido de ‘(que) à volta se deambule’. Seria assim válida a aproximação, quanto aos respectivos significados, entre o hipotético Lus. *\*ambiluas* e o verbo latino *circumlustrare*.<sup>80</sup> Confrontar-se-ia ainda, no que respeita à composição — e no mesmo domínio semântico e simbólico —, o Lat. *ambilustrum*.

Dentro desta opção, à forma verbal seguir-se-ia um trecho frásico cujo teor nos é impossível de avaliar, embora a aludida utilização do conj. pres. nos sugerisse tratar-se de uma recomendação ritual, tal como nas linhas 4 e 5. Mas, de concreto, apenas sabemos que, na sequência textual — de acordo com Boxoyo *ap.* Masdeu e com o anónimo —, a meio da linha 13 se registava o copulativa INDI.

A hipótese *ambilua[s]* poderá manter-se, embora adaptado o contexto frásico, mesmo que o posicionamento da palavra seja a meio da linha, como regista Boxoyo *ap.* Masdeu.

Salientamos todavia que, no actual estado dos nossos conhecimentos, não nos é possível comprovar nem mesmo medir o grau de verosimilhança relativo de todas estas conjecturas, respeitantes às últimas duas regras que

77 Quanto ao comportamento aparentemente ambíguo — na falta, que subsiste, de se compreender o respectivo motivo — do Lusitano perante o IE *b<sup>h</sup>*, em certos casos *b<sup>h</sup> > b*, noutros *b<sup>h</sup> > f*, cf. Vallejo 2013, 278-280; *uid.* porém Wodtko 2020, 706-707.

78 Lat. *e-/Lus. i-* (cf. Cardim 2010, 49; 2014, 107; 2016, 39).

79 Cf. a objecção de De Vann 2008, pp. 354-355, a propósito de *lūstrum*: “one might connect it with *lavō* ‘to wash’ — but still, no clear passages exist which link the *lūstrum* with washing”. Cf. já Ogilvie 1961, 33-35; e Petersmann 1983, 210.

80 Cf., *v.g.*, Tib. (1. 5. 11): *Ipseque te circumlustravi sulphure puro.*

constam nas transcrições. Para além das letras conservadas nas duas cópias, o único dado positivo e incontestável prende-se com a evidência de tais letras não constituírem a totalidade do texto originalmente exarado nessas linhas da inscrição, o que desde logo permite questionar se a sequência AMPILVA constituirá afinal uma palavra íntegra, ou apenas um troço (inicial? medial?) de um vocábulo mais dilatado. Na verdade, tão-só com a eventual redescoberta da lápide — eventualidade que não julgamos absurda —, ou com o futuro achado de outras epígrafes lusitanas de conteúdo similar e texto bem conservado, lograremos adquirir certezas.

## 2.8. Leitura e interpretação globais

Procedamos agora à apresentação do texto na sua globalidade, de acordo com as observações e conclusões que antes expusemos; e a interpretação conjunta que dele propomos (variantes em nota; *uid.* ainda fig. 8):

‘AM’BATVS / SCRIPSI<sup>81</sup> / CARLAE PRAISOM / SECIAS · ERBA · ‘MVN’ITIE /<sup>5</sup> AS<sup>82</sup> · ARIMO · PRAESO/ND0 · SINGEIEȚO / INDI · AVEȚA<sup>83</sup> · INDI · VEA / V’N+<sup>84</sup> · INDI · PEDAGA/ROM · TEVCAECOM /<sup>10</sup> INDI · NVRIM · IȚE / VDEMEC<sup>85</sup> RVRSEȚICO<sup>86</sup> / AMȚILVA[S]<sup>87</sup> [...<sup>c.</sup> 6-7...] / [...<sup>c.</sup> 6...] INDI [...<sup>c.</sup> 4-5...] / - - -

*‘Am’batus scripsi. Carlae praisom: secias erba ‘Mun’itie as arimo praesondo. Singeieto indi aveȚa indi vea; u’n+’ indi pedagarom teucaecom indi nurim iȚeudemec rurseȚico. AmȚilua[s] ..... /..... indi .... /---*

“(Eu) *Ambatus* escrevi<sup>88</sup>. Nesta lápide notifico publicamente: que se separem as vacas para *Munitie* (e) que se sacrifiquem<sup>89</sup> as quantidades apresentadas. Percorrerás quer onde não há caminhos, quer os caminhos; um a um, quer o campo cerealífero semeado quer o terreno pedregoso, deste modo e

81 Alternativas: SCRIPS’IT’, SCRIPSI[T], SCRIPSI(t).

82 Alternativa: MVITIE/AS.

83 Alternativas: AVA, AV+A.

84 V’NV’. Alternativa: VN.

85 Alternativas consideradas: IȚE / VDEȚEC, IȚE / VDE+EC.

86 Alternativas consideradas: RVRSEȚ[T]ICO, RVRSERICO, RVRSETȚICO.

87 Alternativa considerada: [INDI·P]AMPILVA[M’] [. <sup>c.2</sup>].

88 Ou “*Ambatus* escreveu”.

89 Ou “que se separem as vacas (e) se ofertem”.

para o mesmo objectivo reandados para a frente e para trás; que à volta se deambule [...], e [---].”<sup>90</sup>

### 3. A escrita, o léxico e a estrutura redaccional de “Arroyo I”

#### 3.1. Quanto à escrita

Embora de momento só possamos analisar “Arroyo I” através de transcrições setecentistas, ainda assim tais cópias — designadamente a do ms. anónimo — permitem-nos entrever, apesar de todas as suas imperfeições, algumas das características paleográficas da epígrafe original.

Se confiarmos na versão publicada por Masdeu 1800, 630 n.º 2166, a epígrafe iniciar-se-ia por nexos: ‘AM’. Outros nexos poderiam, aliás, registar-se no original: assim, na linha 4, com assinalável probabilidade, ‘MVN’; e talvez também, no início da linha 8, V‘NA’ ou V‘NV’. Este mesmo recurso paleográfico documenta-se na inscrição lusitana das Fráguas e, sobretudo, na de Lamas.

Ambas as transcrições, de Boxoyo *ap.* Masdeu e do anónimo, revelam-nos a utilização, porém talvez não sistemática, de *puncta distinguentia*, na maioria dos casos — ou mesmo na sua totalidade — de cariz funcional.<sup>91</sup> O emprego de *puncta distinguentia* funcionais é comum a toda a epigrafia lusitana, contudo nem sempre de modo exaustivo. Assinale-se ainda que, no texto de Arronches, existe pelo menos um caso, perto do fim da linha 3, de *punctum* disfuncional.

Quanto à paleografia dos caracteres, individualizemos os seguintes aspectos, concluídos todos eles a partir do ms. setecentista:

- Os NN parecem obliquar sobre a direita. Particularidade gráfica que encontramos nas duas outras inscrições de Arroyo (figs. 5 e 9), na de Lamas e em determinados NN da de Arronches.
- Nenhum dos OO, a julgar pela transcrição, exhibe um módulo menor. Contrariamente ao que sucede na primeira linha de “Arroyo II” (fig.

90 Ou “[quer] o(s) campo(s) de vinhas [...] quer [---].”

91 Apenas no ms. de Madrid surge uma cerrada pontuação interliteral nas palavras da fórmula latina inicial, cujo posicionamento na base das linhas não é, no entanto, característico da época romana; trata-se, decerto, de um artifício abusivo por parte do anónimo copista.

9), nalguns poucos casos de Arronches e das Fráguas e, sobretudo, em Lamas (Cardim e Pires 2021 fig. 13).

- Quanto aos PP, surgem-nos abertos. Similares pois, quando encurvados (linhas 5 e 12), aos que se registam em Arronches (Cardim e Pires 2021 fig. 28) e em “Arroyo II” (fig. 9); e, quando de traço 2 curto e angular (linha 8), aos de “Arroyo III” (fig. 5).
- Os SS assemelham tombar um pouco à direita. Deparamos com esse mesmo detalhe na cuidada transcrição de Cubillana referente a “Arroyo II” (fig. 9). Mas não estamos seguros se os deveremos, a ambos, tomar de facto em consideração, ou se tais registos derivarão, não de uma real particularidade paleográfica dos SS, mas sim de uma mera tendência do *ordinator*/lapicida em inclinar ligeiramente algumas linhas do texto no decurso da gravação, facto proporcionado pela própria irregularidade do suporte epigráfico; tal como, por esse mesmo motivo, acontece numa ou noutra regra da lápide de Arronches (Cardim e Pires 2021, fig. 24).

Embora as nossas informações sejam escassas, os indícios aqui apontados sugerem-nos que — conforme as restantes epígrafes lusitanas — “Arroyo I” mostrasse certos arcaísmos paleográficos.

Os dados apurados são, como é evidente, insuficientes para determinar uma cronologia estreita, mas coadunam-se bem com o período durante o qual poderemos, provavelmente, reunir todas as inscrições lusitanas até agora conhecidas, séc. I a.C.-séc. I d.C. (Simón 2019) — porventura, neste âmbito temporal, de uma fase medial.

### 3.2. Quanto ao léxico

Reunimos na tabela subsequente (fig. 8) as várias formas lexicais constantes em “Arroyo I” — as seguras e as reconstituídas —, classificando-as do ponto de vista morfo-sintáctico de acordo com os critérios apresentados no decurso deste estudo.

Formas verbais	AM̃BILVA[S]ʔ	conj. pres., 2.ª ps. sg.	linha 12
	ASʔ	conj. pres., 2.ª ps. sg.	linha 5
	MVITIEASʔ	conj. pres., 2.ª ps. sg.	linhas 4/5
	PRAISOM	ind. pres., 1.ª ps. sg.	linha 3
	SECIAS	conj. pres., 2.ª ps. sg.	linha 4
	SINGEIEȚO	imp. fut., 2.ª ou 3.ª ps. sg.	linha 6
Substantivos  (teónimo)	ARIMO	tem. -o, ac. pl.	linha 5
	AVEAʔ	tem. -a, ac. pl.	linha 7
	CARLAE	tem. -a, loc. sg.	linha 3
	ERBA	tem. -a, ac. pl.	linha 4
	‘MVN’ITIEʔ	tem. -i, dat. sg.	linha 4
	NVRIM	tem. -i, ac. sg.	linha 10
	[P]AMPILVA, [-M]ʔʔ	tem. -a, ac. sg./pl.	linha 12
	PEDAGAROM	tem. -o, ac. sg.	linhas 8/9
Adjectivos	PRAESONDO	ac. pl.	linhas 5/6
	RVRSE NʔICO	ac. pl.	linha 11
	TEVCAECOM	ac. sg.	linha 9
Numeral distribut.	V Nʔ+ʔ	ac. pl.	linha 8
Partíc. copul. em conj. correlativa	INDI ... INDI ...	----	linhas 7, 8/10 (e 13)
Sequênc. adverb.	ITE VDE Mʔ	----	linhas 10/11
Conj. copul. encl.	-EC	----	linha 11

Fig. 8. Proposta de classificação morfológica do léxico que integra o texto de “Arroyo I”.

Gostaríamos ainda de expor as seguintes considerações de ordem linguística:

(a) Em “Arroyo I” — e ainda em “Arroyo II” — a partícula *indi* não se encontra utilizada na sua função meramente copulativa, conforme ocorre em Fráguas (e, talvez também, em “Arroyo III”), mas, sim, agrupada duas a duas, como conjunção correlativa.

(b) Duas das epígrafes de Arroyo mostram-nos um tipo de realidade vocabular composta, até agora ausente nas restantes inscrições lusitanas: o dos prováveis complexos adverbiais. IṬE VDE<sub>̄</sub>M<sup>?</sup> em “Arroyo I”; ISAICCID em “Arroyo III” (Prósper 2002, 84-85).

(c) -EC, na linha 11, parece ser uma copulativa enclítica, a colocar em paralelo com a partícula -igo <\*-iko patente na ara latino-lusitana de Viseu.

(d) Notemos, na linha 8, a possível presença de um numeral distributivo, V<sup>?</sup>N+’, “um a um”, decalcado sobre a forma latina clássica.

(e) A directa influência do Lat. no léxico lusitano, no âmbito desta epígrafe, porventura poderá ainda detectar-se em RVRSE<sub>̄</sub>N<sup>?</sup>ICO.

(f) Cumpre-nos salientar, uma vez mais (*uid. v.g.* Wodtko 2017, 20) e ora a propósito de PEDA-GAROM, a relativa frequência de compostos bitemáticos em Lusitano (tais como *canti-bidone* em Arronches; *petra-vioi<sup>?</sup>* e *veamini-cori* em Lamas; *Trebo-pala* nas Fráguas).

(g) E também as múltiplas composições prefixais documentadas em “Arroyo I”: A-VEA<sup>?</sup>, PRAE-SONDO, PRAI-SOM, SIN-GEIETO.

(h) Do ponto de vista fonético — ou meramente gráfico —, assinalemos, numa mesma inscrição, as diferentes ortografias PRAI- e PRAE-.

(i) A leitura PEDAGAROM, que paleograficamente — como verificámos — podemos considerar segura, acrescenta mais um *p*- etimológico ao Lusitano.

(j) Refiramos ainda a presença, do nosso ponto de vista — e tal como acontece em Arronches —, de vários substantivos e adjectivos de tema em -a e de tema em -o enunciados no ac. pl., com queda da sibilante final: AVĒA, ERBA, VEA, ARIMO, PRAESONDO, RVRSE<sub>̄</sub>N<sup>?</sup>ICO.

(k) Mas registamos igualmente, nesta epígrafe, as únicas duas palavras terminadas em -s até agora documentadas em Lus., que lográmos interpretar como forma verbais, ambas 2.<sup>as</sup> pess. sg. do presente conjuntivo: SECIAS; e AS (ou, em alternativa menos provável, MVITIE/AS).

Cumpre-nos, pois, procurar compreender a razão, ou razões, desta (pelo menos aparente) disparidade, entre desinências assigmáticas e sigmáticas. Aceitando-se que a língua lusitana — ou os vários idiomas ou dialectos similares do Ocidente Hispânico que, por enquanto, não logramos distinguir e assim abrangemos todos eles numa única designação — oferece testemunhos que nos permitem equacionar a evolução \*-s > -r > -∅ em posição final de

substantivos e adjectivos (Gorrochategui e Vallejo 2010, 74-75 = 2019, 357-358; Vallejo 2013, 282 n. 43; Luján 2019, 312), debrucemo-nos agora apenas sobre os mencionados exemplos, com -s, que consideramos formas verbais.

Aqui, as terminações em -s corresponderão, supomos, à 2.<sup>a</sup> pess. sg. do presente conjuntivo, mas entendendo-se esta como apresentando uma desinência secundária. Outras formas verbais lusitanas, porém, como *doenti* (Lamas), *rueti* (“Arroyo III”) e *panditi* (Arronches), exibem todas elas desinências primárias. Em “Arroyo I” — e embora neste caso não seja questão de primária ou secundária —, *singeieto* contém uma desinência evoluída comparativamente a uma prévia \*-*tod*.

Supomos assim que *secias* e *as* (ou *muítieas*) possam corresponder a *\*secias* e a *\*asi* (ou a *\*muítieasi*), portadoras de desinências primárias e atendidamente utilizadas noutros contextos temporais ou espaciais lusitanos, porventura mais arcaicos ou com rasgos arcaizantes. Deste modo, a manutenção do -s nas formas verbais em análise viria a constituir um vestígio indirecto de uma fase linguística anterior, pressupondo-se que o -i final da desinência primária houvesse ‘protegido’ a sibilante que o antecedia, mantendo-se este fonema mesmo depois de aquele ter desaparecido.

De acordo com esta nossa hipótese — que outros poderão, decerto, explorar com maior competência e profundidade —, a manutenção do -s final em *secias* e *as* (ou *muítieas*) gerar-se-ia pois no domínio morfo-sintáctico, embora com conseqüências de cariz fonético.

Note-se que a aludida presença de formas verbais com desinências secundárias em “Arroyo I” implicaria concluir estarmos perante um texto cuja realidade linguística se caracterizasse de facto por alguns aspectos mais evoluídos comparativamente às realidades documentadas naqueles outros em que subsistem desinências primárias. Numa explicação alternativa, poderíamos antes supor que a língua lusitana genericamente patente nas várias inscrições se encontrasse então num estágio evolutivo diríamos que “intermédio”,<sup>92</sup> mantendo ainda as desinências primárias nas formas da 3.<sup>a</sup> ps., sg. e pl., mas apresentando já as secundárias nalguma(s) das restantes — designadamente na da 2.<sup>a</sup> ps. sg..

92 Como é evidente, todos os sucessivos estádios linguísticos, sem excepção, são intermédios em relação ao anterior e ao posterior. Mas o leitor perceberá certamente o que, no presente contexto, pretendemos dizer.

### 3.3. Quanto à estrutura redaccional

Neste âmbito, importa-nos sobretudo (a) comentar, embora brevemente, a simultânea utilização, num mesmo texto de cariz prescritivo, de formas verbais conjuntivas e do imperativo-futuro. E, ainda, (b) apurar o conteúdo semântico base subjacente ao verbo a que pertence a 2.<sup>a</sup> pess. do conj. pres. *as*, em confronto com o do Lat. *agere*. Estes dois objectivos são-nos muito facilitados, o primeiro, pelos judiciosos estudos de Jones 1962, Pocetti 2009 e Dupraz 2020, concernentes a exemplos itálicos; e, o segundo, pela acurada investigação de Ruelle 2002.

(a) De facto — pressupondo concordância, pelo menos neste detalhe, relativamente à nossa interpretação —, não deverá estranhar-se a duplicidade dos modos verbais empregues na estrutura redaccional de “Arroyo I”, pois o mesmo acontece, p.ex., em numerosos casos de antigas leis redigidas em latim, em osco e em umbro. A constatação de tal facto veio a motivar díspares hipóteses explicativas, mas a análise e as conclusões do primeiro dos autores citados quanto à documentação umbra impuseram-se e, na generalidade, têm sido adoptadas e complementadas pelos investigadores que, depois, se debruçaram mais amplamente sobre este tema: “It appears that (...) the imperative is used in ritual instructions, the jussive subjunctive (...) in regulations for the action of officials” (Jones 1962, 217; cf. ainda Dupraz 2020, 126).

Ora é exactamente esta a situação que se verifica no texto de Sansueña: após a *praescriptio*, segue-se a indicação, contendo duas formas verbais na 2.<sup>a</sup> pess. sg. do conjuntivo presente, *secias* e *as* (ou *mutieas*) — e assim dirigidas a cada um e a todos os participantes/executantes da prática ritual abaixo discriminada —, de vários actos regulamentados; vem depois uma forma verbal do imperativo-futuro (*singeieto*) que rege a frase subsequente, a qual constitui em si mesma o núcleo da *lex sacra*.<sup>93</sup>

Pocetti 2009, 183, salienta ainda outro diferente e importante aspecto: a cardinal distinção entre ‘discurso directo’ e ‘discurso indirecto’ traduzida pela aplicação “dall’ imperativo in -tōd, da uma parte, e (...), dall’altra, dal congiuntivo”. Apesar do elo estreito e constringente desta maneira instituído entre quem ordena e quem obedece, este mesmo autor assinala mais as seguintes

---

93 Dispensamos de equacionar aqui a possível forma *ambilua[s]*, devido à incerteza da sua própria existência. Mas, se acolhermos a viabilidade desta reconstituição, e a classificação do vocábulo como 2.<sup>a</sup> pess. sg. do conj. pres., teríamos pois de considerar que, possivelmente, o texto que se lhe seguia denotaria mero carácter regulatório ou complementar.

características do imperativo-futuro que desindividualizam tal vínculo sem, porém, o afrouxarem nem isentarem quem quer que seja de se lhe submeter: a neutralização da oposição entre 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pess. (Pocetti 2009, 188); e a décalage temporal entre a enunciação da ordem e o seu cumprimento (Pocetti 2009, 190); o qual, aliás, no contexto de uma *lex sacra* (conforme o é “Arroyo I”, na nossa óptica), assume normalmente um carácter cíclico, repetitivo e, assim, de intemporalidade.

(b) Conforme vimos, consideramos comum à forma verbal lusitana *as* e ao Lat. *agere* a raiz PIE *\*h<sub>2</sub>eg-e/o-*, ‘dirigir’, ‘liderar’ (De Vaan 2008, 31). A evolução semântica deste verbo, em Lat., assume para nós especial interesse, na hipótese provável de que — por herança comum, independentemente, ou por influência — a equivalente forma verbal lusitana haja ganho essa mesma e mais recente conotação. De facto, o Lat. *agere*, que em geral significa ‘conduzir’, ‘fazer avançar’, ‘pôr em movimento’, em situação ritual ou de *lex sacra* veio desde cedo a cristalizar o seu sentido — implicitamente a partir da noção de ‘agir’, ‘cumprir’ — na ideia de ‘matar’, ‘executar’, ‘sacrificar’ (Ruelle 2002, 211-225); p.ex., na fórmula imperativa *lege age*. Este conceito de matar, executar, sacrificar ‘de acordo com a lei’ estende-se, mesmo sem a explicitação do subs. abl., ao verbo em si próprio, no âmbito desta linguagem técnica. Assim, a análoga forma verbal lusitana *as* ganha especial oportunidade e peso no âmbito do texto jussivo de Sansueña, embora surja apenas — e não no modo imperativo, mas no conjuntivo — no trecho em que se enunciam as instruções relativas ao sacrifício que antecedem a enunciação dos ritos legislados.

## 4. ¿“Arroyo I”, uma *lex sacra* de *lustratio*?

### 4.1. Características rituais do texto

Acreditamos que a nossa análise terá proporcionado um resultado viável e coerente quanto à fixação textual e à interpretação da epígrafe “Arroyo I”, não apenas do ponto de vista filológico mas, também, numa perspectiva histórica e cultural. De facto, o resultado a que chegámos não se afigura como um objecto estranho, carente de paralelos e difícil de compreender ou de enquadrar; pelo contrário, tudo nos leva a crer estar perante uma *lex sacra* de *lustratio*, plenamente compatível, nos seus diversos aspectos, com os testemunhos que possuímos de idênticas práticas no mundo itálico, sobretudo no âmbito latino, romano.

A fim de facilitar o confronto, evidenciemos os principais comportamentos dedutíveis do texto examinado e característicos deste tipo de cerimónias religiosas:

(a) As formas verbais do discurso enunciam-se em conjuntivo ou em imperativo, na 2.<sup>a</sup> ps. sg., dirigindo-se assim individualmente a qualquer um e colectivamente a todas as pessoas no seio da comunidade, regulamentando-lhes — de uma forma intemporal que implica concretização futura e sem explícito limite de ocorrências — o *modus operandi* das acções prescritas e legisladas.

(b) Após a *praescriptio* (frase latina + frase introdutória em Lus.), inicia-se o texto pela indicação relativa à selecção dos animais que, numa determinada quantidade — decerto estabelecida segundo o uso ou a norma consensual, ou então pontualmente decidida cada vez que se cumprisse o rito, pois não vem detalhada na epígrafe —, serão em seguida oferecidos/sacrificados a uma determinada divindade: ou inominada, mas sem dúvida feminina atendendo ao género das respectivas oferendas animais, *erba*; ou, com maior probabilidade, a *Munitie*.

(c) Ordena-se, depois, que se terá de praticar a *lustratio* por todo o território: quer por onde não passem caminhos; quer por onde eles existam.

(d) O percurso deambulatório iniciar-se-á pelos campos cerealíferos semeados e ainda, em paralelo, pelos que se encontram em pousio — ou que, por uma ou por outra razão, ora se revelam inaptos para a agricultura.

(e) Vinca-se depois, mais uma vez, o carácter repetitivo e circulatório das andanças rituais, necessário à sua eficácia e, inerentemente, à consecução dos desejados objectivos purificatórios: “de idêntico modo e para idêntico resultado reandados para a frente e para trás”.

(f.1) Na continuação, o texto porventura renovará mais uma vez — porém utilizando um verbo e um modo diferentes e, assim, matizando semanticamente o discurso — as indicações relativas ao percurso em torno dos limites das terras alvo da *lustratio*: *ambilua[s]*<sup>7</sup>.

(f.2) Ou, em alternativa — trata-se, conforme vimos, da parte mais truncada da epígrafe, impossível de reconstituir de forma certa e unívoca —, prescreve-se agora passar à *lustratio* dos terrenos vinícolas.

(g) Convém salientar que o texto não terminava aqui. Embora não possamos saber qual a amplitude da parte faltante, porventura ela seria ainda significativa.

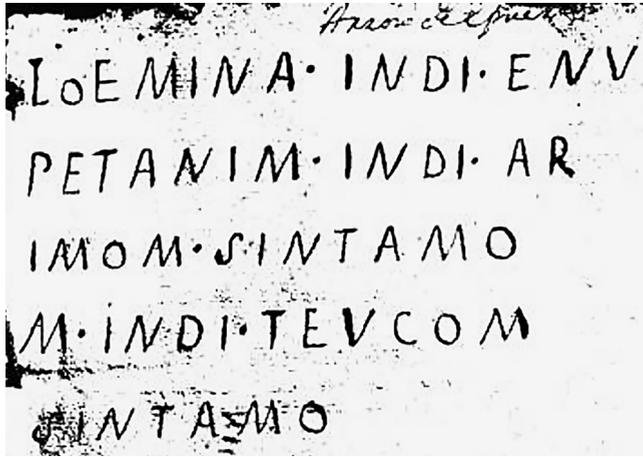


Fig. 9. “Arroyo II”, cópia de Cubillana 1753.

Entre as linhas desconhecidas consideramos expectável que existisse uma alusão aos primordiais objectivos que se desejariam alcançar com este ritual de *lustratio*, conforme acontece — entre os paralelos itálicos — na prece ritual proferida por ocasião da purificação dos campos registada por Catão (*Agr.* 141, mais à frente analisada), no âmbito da qual assinalaremos, designadamente, a seguinte frase: “para que (...) permitas às colheitas, aos cereais, às vinhas e às vergôntes chegarem a bom fim”.

De facto a explicitação, como complemento do próprio texto injuntório ou numa prece, daquilo que se deseja conseguir através do cumprimento de um ritual — ou seja, daquilo que se pretende nos seja propiciado pela ou pelas divindades invocadas ou em honra das quais se cumprem as cerimónias —, importa não apenas para fortalecer a *fides* e para estimular a *praxis* dos rogantes, que assim vêem actualizados os seus votos na perene fórmula escrita ou no próprio enunciado da oração, e ainda para recordar aos deuses o que se espera deles, mas também no pressuposto da eficaz dimensão mágica de tais palavras que, deste modo, acreditadamente se transmutarão de simples referências vocabulares em acontecimentos reais.

Neste contexto, recordemos que “Arroyo II” (fig. 9), apesar de fisicamente autónomo — e, porventura, algo mais recente que “Arroyo I”<sup>94</sup> —, poderia integrar um texto de alguma forma similar ao de Sansueña, conjectura admissível atendendo ao vocabulário aparentado que ambos exibem (ARIMO/ARIMOM, TEVCAECOM/TEVCOM)<sup>95</sup> e à própria estrutura discursiva comum, alicerçada na sucessão, em alternância binária, de partículas correlativas (INDI ... INDI ...), conforme vemos no troço subsistente<sup>96</sup>. Nesta hipótese, se o trecho contido em “Arroyo II” fizesse parte, como parece, do final da epígrafe — embora ainda a não conclua por inteiro —, tal situação ajudar-nos-ia possivelmente a fazer uma ideia, mesmo que limitada e imperfeita, do teor discursivo terminal de “Arroyo I”.

Admitindo como tese credível que o conteúdo semântico base do Lus. SINTAMOM possa ser aproximado ao do Lat. *sentio*, *sentire*, como propõe Prósper 2002, 83<sup>97</sup>, e considerando ainda as hipóteses interpretativas quanto a ARIMO e a TEVCAECOM extrapoláveis para ARIMOM e para TEVCOM, cremos pertinente — ainda na esteira da referida investigadora — atribuir à frase INDI ARIMOM SINTAMOM INDI TEVCOM SINTAMO[M], patente entre as linhas 2 e 5 de “Arroyo II”, um sentido próximo de “quer a quantidade estimada quer o produto estimado”.

Se, de facto, um enunciado idêntico ou similar — e com este mesmo significado — constasse na parte faltante de “Arroyo I”, este exprimiria pois, parcialmente ou na totalidade, o desígnio comunitário pretendido através do cumprimento do ritual purificador expresso nesta *lex sacra*: que, como atendível resposta das divindades convocadas na estrita observância da *religio*, os artigos cultivados lograssem dar frutos copiosos e de qualidade — sem

94 Suposição que nos é sugerida pela inequívoca presença em “Arroyo II”, conforme vimos (cf. fig. 9), de um O de módulo menor (*uid.* as considerações cronológicas de Simón 2019a, 168 e 173-177, a propósito de idêntica característica paleográfica na epígrafe de Lamas).

95 Cf. Wodtko 2020, 693, na perspectiva — que esta investigadora já considera possível — de dois textos diversos, “ligados pela proximidade do lugar de descoberta e do vocabulário comum”.

96 Esta lápide encontrar-se-ia exposta a público ou num outro ponto do território pertença da comunidade de Sansueña [“Efectivamente, puede aceptarse que castros tan importantes como (...) Sansueña (...) actuaran como capitales de sus respectivos *populi*, caracterizados por formar una unidad política autónoma al disponer de un territorio propio” (Esteban 1986, 169)]; ou já no domínio de uma comunidade confinante, com quem aquela compartilhasse idioma, devir histórico e tradições culturais.

97 Do PIE *\*snt-ie/o-* ou *\*sént-i-/\*snt-éi-*, “considerar”, “ter em conta” (De Vaan 2008, 554).

dúvida um dos primordiais resultados pragmáticos ansiados pelos praticantes de qualquer *lustratio* rústica.

#### 4.2. Alguns possíveis paralelos de âmbito itálico

As principais fontes de que dispomos quanto à descrição de cerimónias de *lustratio* em âmbito romano são, todas elas, de cariz literário. Nenhuma, pois, transcreve propriamente uma *lex sacra*, uma exacta regulamentação ritual como a que temos vindo a analisar, pese embora o carácter prescritivo do capítulo de Catão. Porém, no seu conjunto e diversidade — de extensão, de finalidade, de estilo —, tais textos permitem-nos fazer uma ideia segura e assaz pormenorizada dessas práticas, possibilitando a sua comparação com a *lex* de Sansueña.<sup>98</sup>

(a) O mais antigo e detalhado encontra-se em Catão (Agr. 141); trata-se da passagem que inclui a prece a Marte por ocasião da lustração dos campos.<sup>99</sup> (b) Dois trechos de Virgílio aludem também à lustração dos campos: (b.1) o primeiro deles assaz longo (G. 1.338-350);<sup>100</sup> (b.2) o segundo reduzido a dois

98 É extensa e bastante diversificada a bibliografia que analisa os subsequentes textos e os ritos deambulatórios de purificação que eles descrevem — ou tão-só referem — e respectivos contextos sacrificiais e votivos. Retenhamos aqui os seguintes estudos, qualquer deles, no seu género, especialmente significativo: Baudy 1998, 103-213; Chapot e Laurot 2001, 252-254 (L.18) e 317-318 (L.57); Dumézil 1966, 229-235; Harmon 1986, 1943-1955; Le Bonniec 1958, 141-148; Marco 2006; Ogilvie 1961; Pascal 1988; Petersmann 1983; Rosivach 1983; Rotondi 2013, 190-195; Saladino 2004, 63-66, 81-82; Scheid 1990, 26-35, 447-451; 2005, 147-152; Serbat 1975, 309-312; Troutier 2010; Woodard 2006, 98-140, 157-164, 264-265.

99 <sup>1</sup>*Agrum lustrare sic oportet: impera suovitaurlia circumagi: ‘Cum diuis uolentibus quodque bene eueniat, mando tibi ... uti illace suouitaurlia fundum, agrum terramque meam quota ex parte siue circumagi siue circumferenda censeas, uti cures lustrare’.* <sup>2</sup>*Ianum Iouemque uino praefamino, sic dicito: ‘Mars pater, te precor quaesoque uti sies uolens propitius mihi domo familiaeque nostrae: quouis rei ergo agrum, terram fundumque meum suouitaurlia circumagi iussi, uti tu morbos uisos inuisosque, uiduertatem uastitudinemque, calamitates intemperiasque prohibessis defendas auerruncesque, utique tu fruges, frumenta, uineta uirgultaque grandire beneque euenire siris,* <sup>3</sup>*pastores pecuaque salua seruassis duique bonam salutem ualetudinemque mihi domo familiaeque nostrae; harumce rerum ergo, fundi terrae agrique mei lustrandi lustrique faciendi ergo, sicuti dixi, macte hisce suouitaurlibus lactentibus inmolandis esto; Mars pater, eiusdem rei ergo macte hisce suouitaurlibus lactentibus esto’.* Item.

100 *In primis uenerare deos, atque annua magnae / sacra refer Cereri laetis operatus in herbis /<sup>340</sup> extremae sub casum hiemis, iam uere sereno. / tum pingues agni et tum mollissima uina, / tum somni dulces densaeque in montibus umbrae. / cuncta tibi Cererem pubes agrestis adoret: / cui tu lacte fauos et miti dilue Baccho, /<sup>345</sup> terque nouas circum felix eat hostia fruges, / omnis quam chorus et socii comitentur ouantes / et Cererem clamore uocent in tecta; neque ante / falcem maturis quisquam supponat aristis / quam Cereri torta redimitus tempora quercu /<sup>350</sup> det motus incompositos et carmina dicat.*

simples versos (*Ecl.* 5.74-75).<sup>101</sup> (c) Mencionemos ainda o testemunho de Tibulo (2.1).<sup>102</sup> (d) Recordemos por fim alguns curtos mas elucidativos textos de: (d.1) Macróbio (*Sat.* 3.5.7);<sup>103</sup> (d.2) Sérvio (3.77);<sup>104</sup> (d.3) Paulo diácono (*epit. Fest.* 5. 3-4);<sup>105</sup> (d.4) Apuleio (*Met.* 3.2.5);<sup>106</sup> (d.5) Nónio (261.29; 335.26 M).<sup>107</sup>

Apesar de se tratar de um mero formulário instrutivo e sem destinatário concreto, o texto de Catão possui um teor prescritivo. Constitui, de facto, um reflexo das práticas concretas de *lustratio* então comumente realizadas nos domínios rústicos itálicos, bem conhecidas do próprio autor. Aliás, o testemunho catoniano inclui não apenas uma ilustrativa série de recomendações pragmáticas, mas também — e sobretudo — a enunciação de uma prece real de evidente origem antiga, enunciado que faz parte intrínseca do próprio ritual de lustração e que, por isso, nos revela directa e indirectamente vários dos seus pormenores e especificidades.

Já os textos de Virgílio e de Tibulo são, ambos, essencialmente poéticos, desprovidos pois de finalidade prática e informativa. E os restantes apenas indicativos (inclusive a frase de Apuleio, utilizada como mera comparação). Todavia, em conjunto reforçam alguns dos fundamentais aspectos descritos por Catão — a deambulação em torno dos campos, o objectivo de purificação dos mesmos, as vítimas animais — e dão-nos mesmo, por vezes, indícios de certos detalhes importantes omissos nos escritos do Censor, como o acompanhamento colectivo das cerimónias.

---

101 *Haec tibi [Daphnis] semper erunt, et cum sollemnia uota / reddemus Nymphis, et cum lustrabimus agros.*

102 *Quisquis adest, faueat: fruges lustramus et agros, / ritus ut a prisco traditus exstat auo. / Bacche, ueni, dulcisque tuis e cornibus uua / pendeat, et spicis tempora cinge, Ceres. / Luce sacra requiescat humus, requiescat arator, / et graue suspenso uomere cesset opus. / Soluite uincla iugis: nunc ad praesepia debent / plena coronato stare boues capite. / Omnia sint operata deo; non audeat ulla /<sup>10</sup> lanificam pensis imposuisse manum. / Vos quosque abesse procul iubeo, discedat ab aris, / cui tulit hesterna gaudia nocte Venus; / casta placent superis: pura cum ueste uenite / et manibus puris sumite fontis aquam. /<sup>15</sup> Cernite, fulgentes ut eat sacer agnus ad aras / uinctaque post olea candida turba comas.*

103 *Ambarvalis hostia est, ut ait Pompeius Festus, quae rei divinae causa circum arva ducitur ab his qui pro frugibus faciunt; (...) 'lustrare' significat 'circumire': hinc enim uidelicet et nomen hostiae adquisitum est, ab ambiendis arvis.*

104 *Ambaruale sacrificium dicitur, quod arva ambiat victima.*

105 *'Amburbiales' hostiae dicebantur quae circum terminos urbis Romae ducebantur.*

106 *(...) in modum eorum quibus lustralibus piamentis minas portentorum hostiis circumforaneis expian.*

107 *'Circumferre' est proprie lustrare; 'Lustrare' est circumire.*

Mas no domínio itálico, embora não romano, possuímos uma elaboradíssima *lex sacra* que aborda, entre muitas outras diversas prescrições, um ritual circundante de purificação, realizado à volta do *terminus* da comunidade: a que consta nas *Tabulae Iguvinae*. Embora não se trate de uma lustração dos campos, o esquema deambulatório e repetitivo é idêntico, pelo que também considerámos útil assinalar aqui, para confronto, as principais passagens que o descrevem.<sup>108</sup>

### 4.3. Análise comparativa

Passemos, pois, à análise comparativa, detalhando os pontos fundamentais que, de uma forma ou de outra, encontram eco no conteúdo da epígrafe de Sansueña:

(1) Em primeiro lugar, o cariz imperativo que aflora no texto de Catão: *mando tibi*. E, evidentemente, por toda a *lex* de *Iguvium*, a qual inclui também prescrições no modo conjuntivo.

(2) Depois, as múltiplas alusões às ditas deambulações circulares e ao facto de nelas se incluírem as vítimas animais que, a seguir, serão imoladas aos deuses: “faz o circuito três vezes” (*tab. Ig. VI.b*); “devem fazer o circuito

108 I.b: “Quando se fizer a lustração do povo” (10) — “Então faz o circuito à volta com (as vítimas) adulta e jovem. Quando fizeres o circuito, ora. (Diz) então: ‘andai *Iguvini*’. Faz o circuito três vezes, ora três vezes, diz ‘andai *Iguvini*’ três vezes. Então o *prinuati* pode retornar; pelo mesmo caminho pode o *prinuati* retornar” (20-23). VI.b: “Quando se fizer a lustração do povo” (48) — “Então, juntamente com o *prinuati*, devem fazer o circuito com as vítimas imaculadas. Quando tiverem feito o circuito e regressado ao *terminus*, no *terminus* e com o *prinuati* devem orar silenciosamente (...). Quando tiverem dito isto, então o que conduz o ritual deverá dizer: ‘andai *Iguvini*’. Quando ele tiver dito isto, os mesmos deverão fazer o circuito uma segunda vez. Quando retornarem ao *terminus*, devem orar da mesma maneira. E do mesmo modo se fale, que ‘ide’ se diga. Então pela terceira vez deverão fazer o circuito. Quando retornarem ao *terminus*, devem orar da mesma maneira. E do mesmo modo se fale, que ‘ide’ se diga. Então o *prinuati* pode voltar pelo mesmo caminho pelo qual veio” (56-57; 62-65).

I.b (10) **pune : puplum : aferum : heries; I.b (20-23) enumek / : apretu : tures : et : pure : puni : amprefu / us : persnimu : enumek : etatu : ikuvinus : triuper : amprehtu : / triiuper : pesnimu : triiuper : etatu : ikuvinus : enumek : / prinuatus : çimu : etutu : erahunt : vea : çimu : etutu : prinuatus : /** VI.b (48) *pone . poplo . afero . heries; VI.b (56-57 e 62-65) eno com . prinuati . peracris . sacris . ambretuto ape . ambrefurent / termnome . benurent . termnuco . com . prinuati . eso . persnimumo tašetur (...)* *ape . este . dersiurent . eno . / deitu . etato . iiouinur . porse . perca . arsmatia habiest . ape este . dersiust . duti . ambretuto . euront . ape . termnome / couortuso . sururont . pesnimumo . sururont . deitu . etaians . deitu . enom . tertim . ambretuto . ape . termnome . benuso / sururont . pesnimumo . sururont . deitu etaians eno . prinuatur . šimo . etuto erafont . uia . pora benuso* (utilizámos, confrontando-as, as transcrições de Poultney 1959 e de Prosdocimi 1978, e verificámos as respectivas traduções).

com as vítimas imaculadas”, “deverão fazer o circuito uma segunda vez”, “pela terceira vez deverão fazer o circuito” (*tab. Ig. I.b*); “faz conduzir, em volta, *suovitaurlia*” (Cat.); “que façam fazer a estes *suovitaurlia* o circuito do meu domínio” (*id.*); “fiz conduzir, à volta do meu domínio (...), *suovitaurlia*” (*id.*); “que a vítima propiciatória circunde três vezes as novas colheitas” (Virg.); e ainda todos as curtas frases de Macróbio, Sérvio, Paulo Diácono e Apuleio.

(3) A omnipresente ideia da purificação das terras e dos bens circundados: *agrum lustrare — uti cures lustrare — lustrandi lustrique faciendi ergo* (Cat.); *et cum lustrabimus agros* (Virg.); *lustramus*” (Tib.); ‘*circumferre*’ est proprie lustrare/‘*lustrare*’ est circumire (Non.).

(4) Os concretos campos e culturas que se circundam e, assim, se pretendem purificar: “do meu domínio, dos meus campos e da minha terra”, “dos meus campos, da minha terra e do meu domínio”, “do meu domínio, da minha terra e dos meus campos” (Cat.); “as novas colheitas” (Virg.); “campos e colheitas” (Tib.).

(5) A referência, especificada ou não, às vítimas animais deambulatórias: *suovitaurlia* (Cat.); *sacer agnus* (Tib.); *felix hostia* (Virg.); *ambarvalis hostia* (Macrob.); *arva ambiat victima* (Serv.); *amburbiales hostiae* (Paul. diac.); *hostiis circumforaneis* (Apul.).

(6) As múltiplas repetições da mesma ideia, das mesmas palavras ou similares, ou da prescrição do mesmo acto, com o objectivo de reforçar a eficácia mágica dos próprios textos, das fórmulas e das práticas rituais: “faz o circuito três vezes, ora três vezes, diz ‘andai *Iguvini*’ três vezes” (*tab. Ig. I.b*); “então o *prinuvasi* pode retornar, pelo mesmo caminho pode o *prinuvasi* retornar” (*id.*); “quando retornarem ao *terminus*, devem orar da mesma maneira, e do mesmo modo se fale, que ‘ide’ se diga (...), quando retornarem ao *terminus*, devem orar da mesma maneira, e do mesmo modo se fale, que ‘ide’ se diga” (*tab. Ig. VI.b*); *lustrandi lustrique* (Cat.); *uolens propitius mihi domo familiaeque nostrae* (...), *bonam salutem uoletudinemque mihi domo familiaeque nostrae* (*id.*); *macte hisce suovitaurlibus lactentibus inmolandis esto, Mars pater, eiusdem rei ergo macte hisce suovitaurlibus lactentibus esto, item* (*id.*).

(7) O acompanhamento colectivo da *lustratio*: *tab. Ig., pass.*; “que contigo toda a juventude campestre adore Ceres” (Virg.); “que todo o coro dos teus companheiros a acompanhem com alegria e com os seus gritos chamem Ceres para a tua casa” (*id.*); “seguido pela turba vestida de branco e coroada de ramos de oliveira” (Tib.).

(8) A menção do nume protector do ritual: Marte, em Catão; Ceres, em Vergílio e Tibulo.

Quanto a estes dois últimos aspectos, cumpre-nos ainda salientar o seguinte:

(A) Entre as referidas *lustrationes*, a enunciada por Catão não é pública, circunscrevendo-se a um *fundus* privado. Por isso o acompanhamento não parece ser colectivo. Kilgour 1938, 226-229, seguido por Scheid 1990, 447-448, denomina como *lustratio agri* as purificações levadas a cabo por meros particulares, e inclui nesta categoria não apenas a prescrita por Catão mas, também, a que refere Virgílio — no que temos dúvidas, atendendo precisamente ao acompanhamento assinalado pelo poeta. Como *lustratio pagi*, já pública, aqueles autores indicam a que menciona Tibulo. Por fim, restringem a termo *ambarualia* ao cumprimento de idêntico ritual no *ager Romanus*.

Nesta óptica, a prescrição de Sansueña reportar-se-á a uma prática sensivelmente equiparável à *lustratio pagi*, pois embora as respectivas formas verbais se circunscrevam à 2.<sup>a</sup> ps. sg., o seu sentido — conforme evidenciámos já — é o de assim se dirigir quer pessoalmente a qualquer um, quer colectivamente a todos os indivíduos no seio da comunidade.

(B) Na prece catoniana, Marte surge-nos como uma divindade cuja protecção se roga venha a atender “às colheitas, aos cereais, às vinhas e às vergôntas”, mas também ao “bem-estar dos pastores e dos rebanhos”; e ainda, na voz do *dominus* que o invoca, que o deus seja “benfazejo e favorável a mim próprio, à nossa casa e aos nossos escravos”. Não se trata pois, apenas, de defender as terras e os bens agrícolas, nem mesmo acrescidos dos bens pecuários, mas também — e em primeiro lugar — de assegurar o bem-estar e a saúde do *pater familias*, da sua *domus* e dos seus escravos. Na verdade, Marte não é uma deidade propriamente agrícola, do tipo daquelas que propiciam, pela sua própria natureza, o brotar e o crescimento dos vegetais; nem silvana, limitando às zonas rústicas a sua acção; mas também não o é salutífera em si mesma, como, p. ex., as águas e seus *numina*. Marte incarna, sim, a heroicidade — a *virtus* — que vence todos os inimigos, todos os males, sejam eles de que género forem e actuem eles onde actuarem. Aliás, na prece transmitida por Catão vem bem explícito o *modus operandi* característico do deus: “para que tu afastes, expulses e desvies — *prohibessis defendas auerruncesque* — as

doenças visíveis e invisíveis, a esterilidade, a devastação, as calamidades agrícolas e as intempéries”.<sup>109</sup>

Já as *lustrationes* poetizadas por Virgílio e por Tibulo reportam-se a Ceres: uma deidade feminina — como em “Arroyo I” —, ligada à protecção dos cereais, dos produtos agrícolas.

## 5. Mvntie

Segundo o texto de “Arroyo I”, a deusa a que se oferece uma quantidade previamente definida de seleccionadas *erba*<sup>110</sup> é, com grande probabilidade, *Mvntie*.

### 5.1. Caracterização da divindade

Porém, nos restantes testemunhos conhecidos do seu culto, em contexto lusitano ou latino, não sobressai qualquer expressa conotação com o mundo rural. Aliás, se pretendermos definir um específico âmbito de actuação de *Mvntie/Mvnidi*, aquele que ressalta como mais provável — tendo nomeadamente em conta o teor das invocações e contextos da lápide de Arronches<sup>111</sup>, da estela de Talaván<sup>112</sup> ou do penedo de Eiriz<sup>113</sup> — é o desta deusa se evidenciar como “reguladora social, garante da coesão intracomunitária, relacionada com o cumprimento dos deveres gregários instituídos por lei/pactos — quer quanto ao conjunto populacional quer singularmente por parte de cada um dos indivíduos pertencentes ao todo —, com a inerente defesa de uma sociedade regulamentada e observadora dos pactos e das leis, com as relações e deveres recíprocos estabelecidos através dos pactos intercomunitários” (Cardim 2016, 38).

Mas, ao confrontar o contexto de “Arroyo I” com os das romanas *lustrationes pagorum*, onde sempre encontramos Ceres, deveremos salientar que esta última deusa, para além da sua primordial natureza agrícola — e para lá da faseada mas crescente helenização que sofreu (*uid.* Le Bonniec 1958,

---

109 Recorde-se a tese de Dumézil 1966, 208-245, quanto à interpretação da essência e personalidade de Marte.

110 Quanto à selecção das vítimas animais e seus critérios, *uid.* Prescendi 2007, 95-101; e, no contexto umbro, Kircher 1992.

111 MVNTIE CARLA CANTIBIDONE.

112 MVNIDI EBEROBRIGAE TOVDOPALANDAIGAE (*AE* 1916, 8; Búa [2000], 564-565; Prósper 2002, 187-188).

113 ‘MVNIDI’ FIDVE’NE’ARVM’ (Prósper 2002, 188; Alves e Correia 2017, 278-281).

248-253 e 379-455) —, assume-se na sua ancestralidade itálica, de igual modo, como uma divindade política, garante do *status quo* social (Le Bonniec 1958, 345-347; Colombo 1981, *pass.*; Spaeth 1996, 9-10, 27-28). Também no domínio grego Deméter é qualificada como θεσμοφόρος (*uid.* Stallsmith 2008); o que em Roma tem correspondência no epíteto *legifera*, com que Vergílio (*Aen.* 4.58) qualifica Ceres (*uid.* Cazanove 1990, 393-395).

Neste contexto, pois, que com grande probabilidade aponta para um fundo cultural e conceptual indoeuropeu, poderemos porventura inserir *Munitie/Munidi*, ajustando-lhe a tão explícita frase com que Cazanove 1990, 381 — embora pensando numa realidade itálica — definiu este tipo de divindades: “Déesses des cultures et du sol cultivable (...), sont les garantes naturelles de la juste répartition des terres, entre citoyens et entre cités”.

## 5.2. As oferendas a *Munitie*

Continuando a admitir ser a *Munitie* que se prescreve ofertar *erba* na epígrafe de Sansueña, reparemos que esta mesma divindade recebe na lápide de Arronches uma dádiva diferente, cujo respectivo vocábulo identificativo se inicia por um incompleto A-, ao qual não deveriam suceder mais do que três a quatro letras, ora truncadas.

Não é impossível admitir, para uma idêntica deidade, o sacrifício de animais diversos, conforme a disparidade dos contextos rituais, ou ainda das tradições locais. Assim, no âmbito de deusas funcionalmente similares, verificamos que, em domínio itálico, se a postura normal que se extrai dos textos era a de receber Ceres uma porca grávida, já a *Tellus* nem sempre se ofertava uma porca mas também, por vezes, uma vaca, todavia ambas prenhas (Le Bonniec 1958, 60, 66, 78); e que, p.ex. no Peloponeso, os ex-votos de Deméter figuram indistintamente vacas e cordeiras (Spaeth 1996, 132-133). Aliás, combinando os dados textuais, epigráficos, arqueológicos e arqueozoológicos, poderemos afirmar que, em muitos outros dos santuários de Deméter, se sacrificavam de forma indiferenciada quer porcas quer cordeiras grávidas (Hermay e Leguilloux 2004, 79-82).

E, apesar de constar explicitamente, na inscrição de Arronches, a forma *erbam*, poderemos também admitir que esse mesmo animal, se distinguido por uma determinada particular qualidade, venha a ser por isso mesmo denominado de modo diverso, conquanto no mesmo texto. Noutro estudo apresentado a este Colóquio (Cardim e Pires, 2021), propomos relacionar o vocábulo A[..<sup>c.</sup> 3-4 ..], nestoutra epígrafe alusivo à oferenda a *Munitie*, com a

palavra AVR[...<sup>4</sup>...] patente na linha anterior e relativo à dádiva recebida por *Bandi*; e ver em ambos um possível termo lus. equivalente ao Lat. *aureus*, ‘da cor do ouro’, ou *auratus*, ‘dourado’ — porventura abreviado no caso atinente à deusa —, qualificativo referente ao tom da pelagem, a um particular sinal ou à ornamentação ritual da vítima, por uma dessas mesmas qualidades assim estandardizadamente designada.

Voltando a *Sansueña* e observando as realidades greco-italicas antes citadas, concluiremos este capítulo interrogando-nos se, tal como os animais sacrificados a *Ceres*, a *Tellus* e a *Deméter*, as vacas mandadas escolher, seleccionar, separar — *secias* — para *Munitie* não deveriam, também elas, encontrarse prenhas, sendo então essa a sua primordial característica distintiva, embora não expressa no texto por, talvez, se considerar absolutamente consabida e evidente.

### 5.3. ¿*Erbine*, epiclesse de *Munitie*/*Munidi*?

Prosseguindo no âmbito da equação *erba* — *Munitie*, não poderemos deixar de lembrar as duas aras procedentes de território igeditano dedicadas *Erbine Iadi Cantibidone*,<sup>114</sup> com possíveis paralelos na região de Cáceres em dois votos consagrados *Aerbin(-)* e *Aervi[-]* (Esteban 2007, n.º 282; 2012, n.º 539), talvez ainda num terceiro com a plausível interpretação *Aervi(-) Divi(nae)* (n.º 897). E, também, o composto teonímico constante num altar de *Iria Flavia*, na *Callaecia*, [...] *Erbo Erbieco* (Pereira 1991, n.º 20).

Prósper 2002, 218-220, admite que todas estas formas teonímicas se baseiam no PIE *\*H<sub>2</sub>erH<sub>3</sub>-*, ‘arar’, *\*H<sub>2</sub>er-*, ‘campo’ (Pokorny 2007<sup>2</sup>, 933 *er-*<sup>4</sup>). No entanto relaciona-as também com o Lus. ERBA, vocábulo sobre o qual mais tarde esta mesma autora (Prósper e Villar 2009, 6), a propósito da inscrição de Arronches, afirma: “ERBAM se deja interpretar con facilidad como procedente de IE *\*H<sub>1</sub>er-b(h)o-*”, documentado no “airl. *erb* ‘vaca’ ”.

Aproximamo-nos assim da hipótese sugerida por Búa [2000], 49, para *Erbine*/*Aerbin(-)*: “Se podría tener en cuenta una eventual relación con a.irl. *heirp* ‘dama, capra’ < *\*erbī* (cf. gr. ἔριφος, ‘cabrito’; además a.irl. *erb* ‘vaca’ < *\*erbā*, IEW 326) con paso secundario a la declinación en *-n-*”. O ditongo *ae-* patente nas formas cacereñas representará, talvez, uma hipercorreção.

Chamamos ainda a atenção para o paralelismo formal — e também, quanto ao exemplo lusitano, parcialmente lexical — entre as invocações

114 Sá 2007, 41 n.ºs 4 e 5, com bibliografia anterior.

*Erbine Iadi Cantibidone*, nas aras igeditanas, *Munitie carla Cantibidone*, na lápide de Arronches, e *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae*, na estela votiva de Talaván. A interrogação que pretendemos aqui colocar é, pois, a seguinte: ¿será afinal *Erbine/Aerbin(-)* uma epiclese de *Munitie/Munidi*, algo como ‘a (senhora) das vacas’?

## 6. A concluir...

A concluir, cumpre-nos ainda levantar a seguinte questão: ¿qual a época do ano a que, com maior probabilidade, se deverá reportar o ritual de *lustratio*, obviamente sazonal, indicado na lápide de Sansueña?

O texto, se interpretámos bem, refere designadamente a circulação de terras (¿cerealíferas?) já semeadas: PEDAGAROM TEVCAECOM. Assim, supomos acertado relacioná-lo, neste aspecto, com as *lustrationes* em idênticas condições levadas a cabo em Itália — sob a égide de Ceres —, as quais, segundo os calendários latinos e conforme a diferenciação geográfica do clima, se realizavam desde 1 de Maio a 5 de Junho (Le Bonniec 1958, 141-142). Cremos ser adequado, atendendo à realidade meteorológica da região de Cáceres, inserir na segunda metade deste período de pouco mais de um mês os rituais prescritos em “Arroyo I”.

Restará salientar que estes ritos deambulatórios à volta de cada uma e de todas as parcelas, e assim — por fim — do completo espaço comunitário, nos quais potencialmente participava a população na sua integralidade, para além dos estritos aspectos purificatórios funcionava também como cíclico factor identitário e, com a aquiescência e intervenção divinas, como acto legitimador e confirmativo dos respectivos limites territoriais internos e externos e da sua efectiva posse por parte do povo no seu conjunto e, em particular, de cada qual dos indivíduos participantes.

## | B I B L I O G R A F I A |

- Alfayé e Marco 2008: S. Alfayé e F. Marco Simón, “Religion, language and identity in Hispania: Celtiberian and Lusitanian rock inscriptions”, in: R. Häussler (dir.), *Romanisation et Épigraphie*, [= *Archéologie et Histoire Romaine* 17], Montagnac, 2008, 281-305.
- Almagro, Ortega e Villar 1999: M. Almagro, J. Ortega e F. Villar, “Una nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III”, *Complutum* 10, 1999, 167-173.

- Alves e Correia 2017: M. Alves Dias e M.J. Correia Santos, “The gods that never were”, in: R. Haeussler e A. King (eds.), *Celtic Religion in the Roman Period: Personal, Locale, and Global*, Aberystwyth 2017, 273-285.
- Bähr 1948: G. Bähr, “Baskisch und Iberisch”, *Eusko-Jakintza* 2, 1948, 3-20, 167-194, 381-455.
- Baldi 2002: Ph. Baldi, *The Foundation of Latin*, Berlin-New York 2002.
- Baonza 2008: J. Baonza, “Pilas pluviales en las pizarras de la Serena (Badajoz)”, *Cuaternario y Geomorfología* 22.1-2, 2008, 41-49.
- Bascones, Martín, Corretgé *et al.* 1982: L. Bascones, H. Martín, L.G. Corretgé *et al.*, *Mapa Geológico de España. Hoja 10-28 Arroyo de la Luz*, Madrid 1982.
- Baudy 1998: D. Baudy, *Römische Umgangsriten: eine Ethologische Untersuchung der Funktion von Wiederholung für Religiöses Verhalten*, Berlin-New York 1998.
- Beekes 2010: R. Beekes, *Etymological Dictionary of Greek*, Leiden-Boston 2010.
- Beltrán 2011: F. Beltrán, “Lengua e identidad en la Hispania romana”, *PalHisp* 11, 2011, 19-59.
- Blasco 1984: E. Blasco Ferrer, *Storia Linguistica della Sardegna*, [= *Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie* 202], Tübingen 1984.
- Blasco 2009-10: E. Blasco Ferrer, “Ili/\*Nur y Cerecotes”, *Revista de Filología Asturiana* 9-10, 2009-10, 131-160.
- Blasco 2010: E. Blasco Ferrer, *Paleosardo* [= *Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie* 361], Berlin-New York 2010.
- Blažek 1999: V. Blažek, “Indo-European ‘one’ and ‘first’”, *Studia Minora Facultatis Philosophicae Universitatis Brunensis* s. A 47, 1999, 5-25.
- Blažek 2006: V. Blažek, “Lusitanian Language”, *Studia Minora Facultatis Philosophicae Universitatis Brunensis* 11, 2006, 5-18.
- Bonnaud 2005: Ch. Bonnaud, “Les castros vettons et leurs populations au second Âge du Fer. I: Implantation et systèmes défensifs”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8.1, 2005, 209-242.
- Boto 2012: S. Boto, “Nuevas perspectivas para un viejo problema: la edición crítica del romancero de fuente tradicional”, *Dicenda*. 30, 2012, 75-85.
- Búa 1999: J.C. Búa, “Hipótesis para algunas inscripciones rupestres del occidente peninsular”, in: *VII CLCP*, Salamanca 1999, 309-327.
- Búa [2000]: J.C. Búa, *Estudio Lingüístico de la Teonimia Lusitano-Gallega*, Universidad de Salamanca [2000]. [Tesis doctoral].
- Búa 2005: J.C. Búa, “Zur Etymologie der deutschen Konjunktion *und*”, *Sprachwissenschaft* 30.2, 2005, 111-125.
- Cardim 2010: J. Cardim-Ribeiro, “Algumas considerações sobre a inscrição em Lusitano descoberta em Arronches”, in: F. Beltrán, J.L. García, C. Jordán, E.R. Luján, J. Velaza (eds.), *Serta Palaeohispanica in Honorem Javier de Hoz* [= *PalHisp* 10], Zaragoza 2010, 41-62.
- Cardim 2014: J. Cardim-Ribeiro, “Damos-te esta Ovelha, Ó *Trebopala!*: A *Invocatio* Lusitana de Cabeço das Fráguas (Portugal) [versão extensa]”, *Conimbriga* 53, 2014, 99-144.
- Cardim 2016: J. Cardim-Ribeiro, “A inscrição lusitana de Arronches”, in: A. Carvalho, J.M. Álvarez, C. Fábão (coords.), *Lusitania Romana. Origem de Dois Povos*, Lisboa 2016, 34-39.
- Cardim e Pires 2021: J. Cardim-Ribeiro e H. Pires, “Da fixação textual das inscrições lusitanas de Lamas de Moledo, Cabeço das Fráguas e Arronches”, in: *XIII CLCP*, Zaragoza. [Neste vol. de Actas].

- Cazanove 1990: O. de Cazanove, “Le sanctuaire de Cérés jusqu’à la deuxième sécession de la plèbe”, in: Fr.-H. Massa-Pairault (éd.), *Crise et Transformation des Sociétés Archaiques de l’Italie Antique au V<sup>e</sup> Siècle Avant Notre Ère*, Rome 1990, 373-399.
- Cerrillo 2007: E. Cerrillo Martín de Cáceres, *Claudio Constanzo y la Epigrafía Extremeña del Siglo XIX*, Madrid 2007.
- Cerrillo 2009: E. Cerrillo Martín de Cáceres, *Simón Benito Boxoyo, Noticias Históricas de la M.N. y L. Villa de Cáceres, Provincia de Extremadura*, Cáceres, 2009.
- Cerrillo 2016: E. Cerrillo Martín de Cáceres, “El viaje de Luis José Velázquez a Extremadura”, *Revista de Estudios Extremeños* 72.3, 2016, 1489-1516.
- Cerrillo 2017: E. Cerrillo Martín de Cáceres, *A. Francisco Forner y Segarra, Apuntamientos para las Antigüedades de Extremadura*, Cáceres 2017.
- Cerrillo 2018: E. Cerrillo Martín de Cáceres, *Abreviatura Histórica de la Villa de Cáceres, del Licenciado Juan Rodríguez de Molina*, Cáceres, 2018.
- Chantraine ed. 1970: P. Chantraine, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque 2*, Paris 1970.
- Chapot e Laurot 2001: F. Chapot e B. Laurot, *Corpus de Prières Grecques et Romaines*, Turnhout 2001.
- Colmenero 1993: A. Rodríguez Colmenero, *Corpus-Catálogo de Inscripciones Rupestres de Época Romana del Cuadrante Noroccidental de la Península Ibérica*, [= *Anejos de Larouco 1*], A Coruña 1993.
- Colmenero 1995: A. Rodríguez Colmenero, “Corpus de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante NW de la Península Ibérica”, in: A. Rodríguez Colmenero e L. Gasperini (eds.), *Saxa Scripta. Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre Epigrafía Rupestre*, [= *Anejos de Larouco 2*], A Coruña, 1995, 117-259.
- Colmenero 2003: A. Rodríguez Colmenero, “La Cueva Negra de Fortuna (Murcia), un posible *témenos* indígena posteriormente sincretizado”, in: A. González e G. Matilla (eds.), *La Cultura Latina en la Cueva Negra*, [= *Antigüedad y Cristianismo 20*], Murcia 2003, 423-435.
- Colombo 1981: I.Ch. Colombo, “Funzioni politiche ed implicazioni culturali nell’ideologia religiosa di Ceres nell’impero romano”, in: W. Haase (ed.), *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt II 17.1*, Berlin-New York 1981, 403-428.
- Coleman 1992: R. Coleman, “Italic”, in: J. Gvozdanovic (ed.), *Indo-European Numerals*, Berlin-New York 1992, 389-445.
- Cubillana 1753: B. Cubillana, [respuesta de Arroyo del Puerco à 6.<sup>a</sup> questão do interrogatório de L.J. de Velázquez sobre antigüedades de Cáceres e seu Partido]. Ms., Cáceres, Archivo Histórico, “Sobre piezas de la Antigüedad, 1753”. Extractado por Monsalud (1903, 534 = 1904, 6) quanto a “Arroyo II”; editado e comentado por Cerrillo 2016, 1503-1507.
- De Hoz 1993: J. De Hoz, “Testimonios lingüísticos relativos al problema céltico en la Península Ibérica”, in: M. Almagro-Gorbea e G. Ruiz (eds.), *Los Celtas*, Madrid 1993, 357-407.
- De Hoz 1996: J. De Hoz, “Algunas notas lingüísticas sobre el nuevo bronce”, in: F. Beltrán (ed.), *El Tercer Bronce de Botorrita (Contrebia Belaisca)*, Zaragoza 1996, 181-195.
- De Ruggiero 1961<sup>2</sup>: E. De Ruggiero, *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane 2*, Roma 1961.
- De Vaan 2008: De Vaan, *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*, Leiden-Boston 2008.
- Dumézil 1966: G. Dumézil, *La Religion Romaine Archaique*, Paris 1966.
- Dupraz 2020: E. Dupraz, “La notion de *praescriptio* dans l’épigraphie latine et sabellique”, in: C.R. Darasse (ed.), *Comment s’écrit l’Autre?*, Bordeaux 2020, 121-139.

- Ernout e Meillet 1985<sup>4</sup>: A. Ernout e A. Meillet, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, Paris 1985.
- Estarán 2015: M.J. Estarán, “The Lusitanian model *uersus* the Iberian model”, in: E. Dupraz e W. Sowa (dir.), *Genres Épigraphiques et Langues d’Attestation Fragmentaire dans l’Espace Méditerranéen*, Mont-Saint-Aignan 2015, 317-335.
- Estarán 2016: M.J. Estarán, *Epigrafía Bilingüe del Occidente Romano*, Zaragoza 2016.
- Estarán 2019: M.J. Estarán, “*Deibabor igo deibobor Vissaieigobor*. Notas para el estudio de la retención lingüística en la epigrafía religiosa de la Lusitania romana”, in: J. Tomás García e V. Del Prete (eds.), *Imágenes, Lengua y Creencias en Lusitania Romana*, Summertown 2019, 54-72.
- Esteban 1986: J. Esteban, “Algunos aspectos de la administración romana en la Alta Extremadura: el poblamiento”, *Norba* 7, 1986, 167-172.
- Esteban 2007: J. Esteban, *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres 1: Norba*, Cáceres: 2007.
- Esteban 2012: J. Esteban, *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres 2: Turgalium*, Cáceres, 2012.
- Faust 1975: M. Faust, “Die Kelten auf der iberischen Halbinsel: sprachliche Zeugnisse”, *MM* 16, 1975, 195-207.
- Fernandes *et al.* 2009: L. da S. Fernandes, P.S. Carvalho e N. Figueira, “Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu”, *PalHisp* 9, 2009, 143-155.
- Fita 1913: F. Fita, “Lápides romanas de Garlitos, Arroyo del Puerco y Araya, en Extremadura”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 60, 1913, 431-442.
- Forner [1791-97]: A.F. Forner y Segarra, *Inscripciones de la Villa de Alcántara*. Cópia ms. por seu filho Juan Pablo Forner, Madrid, Biblioteca da Real Academia Española, RM-6693. Descrição e análise por Cerrillo 2010.
- Forner s.d.: A.F. Forner y Segarra, *Apuntamientos [para las Antigüedades de Extremadura]*. Ms., Madrid, Biblioteca da Real Academia Española, RM-6922. Editado, anotado e comentado por Cerrillo 2017.
- García 2002-04: X.L. García Arias, *Diccionario General de la Lengua Asturiana*, 2002-04, Oviedo.
- García 2017: F.J. García Carrero, *Del Puerco à la Luz*, Arroyo de la Luz 2017.
- García 2019: M.V. García Quintela, “Sacrificio y adivinación en el área galaico-lusitana de Iberia”, in: S. Montero e J. García (coords.), *Santuarios Oraculares, Ritos y Prácticas Adivinatorias en la Hispania Antigua*, Madrid 2019, 53-86.
- Gatti 1999: P. Gatti, “*Conlustrium* (C.I.L. V 5005)”, *Maia* 51.2, 1999, 277-278
- Giacomino 1897: C. Giacomino, “*Intorno all’opera: Monumenta linguae ibericae edidit Aemilius Hübnér...*”, *Supplementi Periodici all’Archivio Glottologico Italiano* 4, 1897, 1-20.
- Gil 1985: J. Gil, “Notas sobre el Lusitano”, in: *III CLCP*, Salamanca 1985, 365-370.
- Gómez-Moreno 1942: M. Gómez-Moreno, *Discursos Leídos en la Recepción Pública de D. Manuel Gómez-Moreno Martínez*, Madrid 1942.
- Gómez-Moreno 1949: M. Gómez-Moreno, *Misceláneas*, Madrid 1949.
- Gorrochategui 2013: J. Gorrochategui, “Hispania Indoeuropea y no Indoeuropea”, in: E. Blasco, P. Francalacci, A. Nocentini e G. Tanda (eds.), *Iberia e Sardegna*, Milano 2013, 47-64.
- Gorrochategui 2019: J. Gorrochategui, *Opera Selecta* 2, Vitoria-Gasteiz 2019.
- Gorrochategui e Vallejo 2010: J. Gorrochategui e J.M. Vallejo, “Lengua y onomástica: las inscripciones lusitanas”, in: Th. Schattner e M.J. Correia Santos (coords.), *Porcom, Oilam, Taurom*, [= *Iberografías* 6], Guarda 2010, 71-80. [= Gorrochategui 2019, 353-359].

- Gorrochategui e Vallejo 2015: J. Gorrochategui e J.M. Vallejo, “*Langues fragmentaires et aires onomastiques: le cas de la Lusitanie et de l’Aquitaine*”, in: E. Dupraz e W. Sowa (dir.), *Genres Épigraphiques et Langues d’Attestation Fragmentaire dans l’Espace Méditerranéen*, Mont-Saint-Aignan 2015, 337-356.
- Gutiérrez 1996: M.A. Gutiérrez, “La metrología: Un problema para la historia agraria”, *Noticiario de Historia Agraria* 12, 1996, 221-248.
- Harmon 1986: D.P. Harmon, “Religion in the Latin Elegists”, in: W. Haase (ed.), *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II 16.3, Berlin-New York 1986, 1909-1973.
- Hermay e Leguilloux 2004: A. Hermay e M. Leguilloux, “Les sacrifices dans le monde grec”, in: J. Balty et al. (eds.), *Thesaurus Cultus et Rituum Antiquorum* 1, Los Angeles 2004, 59-134.
- Hübner 1897: E. Hübner, “Nuevos estudios sobre el antiguo idioma ibérico”, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* 1.6, 1897, 241-246.
- Hubschmid 1953: J. Hubschmid, *Sardische Studien*, Bern 1953.
- Hubschmid 1960: J. Hubschmid, “Testimonios románicos”, in: M. Alvar, A. Badía, R. de Balbín, L.F. Lindley Cintra (dir.), *Enciclopedia Lingüística Hispánica* I, Madrid 1960, 27-66.
- Hurtado 1977: R. Hurtado, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas*. Cáceres, Cáceres 1977.
- Jiménez e Fernández 1949: E. Jiménez e J.R. Fernández, “Excursión arqueológica a La Aliseda y Arroyo de la Luz (Cáceres)”, *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones. Arte, Arqueología, Historia* 53, 1949, 169-179.
- Jones 1962: D.M. Jones, “Imperative and jussive subjunctive in Umbrian”, *Glotta* 40.3-4, 1962, 210-219.
- Jordán 2004: C. Jordán Cólera, *Celtibérico*, [= MFG 16], Zaragoza 2004.
- Jordán 2019: C. Jordán Cólera, *Lengua y Epigrafía Celtibéricas*, [= MFG 29], Zaragoza 2019.
- Kilgour 1938: A. Kilgour, “The *ambarvalia* and the *sacrificium Deae Diae*”, *Mnemosyne* 6, 1938, 225-240.
- Kircher 1992: Ch. Kircher, “Contribution à l’étude du sacré dans l’Ombrie du deuxième siècle avant Jésus-Christ: les animaux du sacrifice”, *Études Indo-Européennes* 11, 1992, 27-42.
- Kron 2000: G. Kron, “Roman ley-farming”, *Journal of Roman Archaeology* 13, 2000, 277-287.
- Le Bonniec 1958: H. Le Bonniec, *Le Culte de Cérés à Rome*, Paris 1958.
- Luján 2003: E.R. Luján, [comentário a “Arroyo I”+“Arroyo II”], *HE* 9 2003, 77.
- Luján 2019a: E.R. Luján, “Language and writing among the Lusitanians”, in: A.G. Sinner e J. Velaza (eds.), *Paleohispanic Languages and Epigraphies*, Oxford 2019, 304-334.
- Luján 2019b: E.R. Luján, “Lusitano en seis inscripciones (o siete)”, in: A. Striano e I. Velázquez (coords.), *15 Inscripciones que no Deberías Perderte*, Madrid 2019 [no prelo].
- Marco 2005: F. Marco Simón, “Religion and Religious Practices of the Ancient Celts of the Iberian Peninsula”, in: *The Celts in the Iberian Peninsula*, [= *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6], Milwaukee 2005, 287-345.
- Marco 2006: F. Marco Simón, “Ritual participation and collective identity in the Roman republic: *census* and *lustrum*”, in: F. Marco, F. Pina e J. Remesal (eds.), *Repúblicas y Ciudadanos: Modelos de Participación Cívica en el Mundo Antiguo*, Barcelona 2006, 153-166.
- Martín 1999: A.M. Martín Bravo, *Los Orígenes de Lusitania*, Madrid 1999.
- Masdeu 1800: J.F. de Masdeu, *Historia Crítica de España* 19, Madrid 1800.
- Mastino 2007: A. Mastino, “Il Nuraghe Aidu ‘entos e gli Ilienses della Barbaria sarda”, *Aidu Entos* 1.3, 2007, 27-32.

- Matasović 2009: R. Matasović, *Etymological Dictionary of Proto-Celtic*, Leiden-Boston 2009.
- Mayer 1990: M. Mayer, “La pervivencia de cultos púnicos: el documento de la Cueva Negra (Fortuna, Murcia)” in: A. Mastino (ed.), *L’Africa Romana* 7, Sassari 1990, 695-702.
- MCA.AL: s.a., *Mapa de Cultivos y Aprovechamientos. Arroyo de la Luz (Cáceres)*, Madrid 1982.
- Meillet 1908-09: A. Meillet, “De quelques emprunts probables en grec et en latin”, *Mémoires de la Société Linguistique de Paris* 15, 1908-09, 161-164.
- Meillet 1928: A. Meillet, *Esquisse d’une Histoire de la Langue Latine*, Paris 1928.
- Millet 1999: V. Millet, “Sansueña, or how the land of the Saxons became the City of Zaragoza: Notes to *Don Quixote* II, 26”, *Germanisch-Romanisch Monatsschrift* 49.1, 1999, 19-34.
- Millet 2003: V. Millet, “Notas sobre el topónimo *Sansueña* y su geografía literaria”, *Romania* 121 (481-482), 2003, 192-217.
- Miranzo 2010: C. Miranzo Torres, “Penillanura de la Serena”, in: P. Muñoz e E. Matínez (coords.), *Patrimonio Geológico de Extremadura*, s.l. 2010, 169-175.
- Monsalud 1903: El Marqués de Monsalud, “Nuevas lápidas romanas de Extremadura”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 43, 1903, 528-535.
- Monsalud 1904: El Marqués de Monsalud, “Nuevas lápidas romanas de Extremadura”, *Revista de Extremadura* 6, 1-7.
- Monteagudo 2013: E. Monteagudo Aguilera, *El Castro Prerromano de Sansueña (Cáceres)*, Cáceres [Tesis inedita].
- Ogilvie 1961: R.M. Ogilvie, “*Lustrum condere*”, *The Journal of Roman Studies* 51, 1961, 31-39.
- Ongil 1986-87: M.I. Ongil, “Los poblados de Ribero”, *Zephyrus* 39-40, 1986-87, 321-328.
- Orlandini e Pocetti 2007: A. Orlandini e P. Pocetti, “L’expression de la coordination connective et copulative en latin et dans les langues de l’Italie ancienne”, in: G. Purnelle e J. Denooz (eds.), *Ordre et Cohérence en Latin. Communications Présentées ao 13<sup>e</sup> Colloque International de Linguistique Latine*, Liège 2007, 129-142.
- Pascal 1988: C.B. Pascal, “Tibullus and the Ambarvalia”, *American Journal of Philology* 109, 1988, 523-536.
- Pereira 1991: G. Pereira Menault, *Corpus de Inscriciões Romanas de Galicia 1: A Coruña*, Santiago 1991.
- Pérez 1978: M. Pérez Rojas, *Estudio Estructural de las Instituciones Civiles a través de la Epigrafía Hispánica*, Madrid 1978. [Tesis doctoral, on line: <https://eprints.ucm.es/54009/1/5322940959.pdf>].
- Pérez 1993: Pérez Rojas, “Las inscripciones con escritura tartésica de la Cueva de la Camerata y su contexto onomástico”, in: A. González, R. González e M. Amante (eds.), *La Cueva de la Camerata*, [= *Antigüedad y Cristianismo* 10], Murcia 1993, 139-266.
- Petersmann 1983: H. Petersmann, “*Lustrum*. Etymologie und Volksbrauch”, *Würzburger Jahrbücher für die Altertumswissenschaft* 9, 1983, 209-230.
- Phillips 1870: H. Phillips, “Über das iberische Alphabet”, *Sitzungsberichte der Philosophisch-Historischen Classe der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften* 65, 1870, 165-238.
- Pittau 2015: M. Pittau, *Luoghi e Toponimi della Sardegna*, Sassari 2015.
- Pocetti 2009: P. Pocetti, “Lineamenti di tradizioni ‘non romane’ di testi normativi”, in: A. Ancillotti e A. Calderini (ed.), *L’Umbro e le Altre Lingue dell’Italia Mediana Antica*, Perugia 2009, 165-248.
- Pokorny 2007: J. Pokorny, *Proto-Indo-European Etymological Dictionary. A Revised Edition of Julius Pokorny’s Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, DNGHU Adsoquiation.

- Indo-European Language Association, s.l. 2007 [<https://marciorenato.files.wordpress.com/2012/01/pokorny-julius-proto-indo-europeanetymological-dictionary.pdf>].
- Poultney 1959: J.W. Poultney, *The Bronze Tables of Iguvium*, Baltimore-Oxford 1959.
- Prescendi 2007: F. Prescendi, *Décrire et Comprendre le Sacrifice*, Stuttgart 2007.
- Prosdocimi 1978: A.L. Prosdocimi, “L’Umbro”, in: A.L. Prosdocimi. (ed.), *Popoli e Civiltà dell’Italia Antica 6: Lingue e Dialetti*, Roma, 1978, 585-788.
- Prósper 2002: B.M. Prósper, *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca 2002.
- Prósper 2010: B.M. Prósper, “La lengua lusitana en el marco de las lenguas indoeuropeas occidentales y su relación con las lenguas itálicas», in: G. Carrasco e J.C. Oliva (coords.) *El Mediterráneo Antiguo: Lenguas y Escrituras*, Cuenca 2010, 361-391.
- Prósper e Villar 2009: B.M. Prósper e F. Villar, “Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre», *Emerita* 77.1, 2009, 1-32.
- REW: W. Meyer-Lübke, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg 1935.
- Riesco 2020: P. Riesco, “Notas sueltas de lexicografía histórica leonesa (II)”, *Argutorio* 43, 2020, 49-58.
- Rivas 1994: E. Rivas Quintas, *Lingua Galega, Nivéis Primitivos*, Santiago de Compostela 1994.
- Robin 1978: P. Robin, “Equo conlustrans (Tacite, *Annales*, 2, 45, 3)”, *L’Antiquité Classique* 47.1, 1978, 190-195.
- Rodríguez et al. 2014: A. Rodríguez Díaz, I. Pavón, D. Duque e M. Ponce de León, “Molinos y molienda en el mundo tartésico”, *Revista d’Arqueologia de Ponent* 24, 2014, 189-214.
- Rosivach 1983: V.J. Rosivach, “Mars, the lustral god”, *Latomus* 42.3, 1983, 509-521.
- Roth 2019: Th. Roth, “Expressions directives dans les Tables Eugubines”, in: E. Dupraz (dir.), *Tables Eugubines Ombriennes et Livre de Lin Étrusque*, Paris 2019, 115-139.
- Rotondi 2013: V. Rotondi, *Il Sacrificio a Roma*, Roma 2013.
- Rubio 2013: F.J. Rubio Orecilla, “Hacia la identificación de paradigmas verbales en las inscripciones celtibéricas”, *PalHisp* 13, 2013, 699-715.
- Ruelle 2002: A. Ruelle, “Sacrifice, énonciation et actes de langage en droit romain archaïque”, *Revue Internationale des Droits de l’Antiquité* 49, 2002, 203-239.
- Sá 2007: A. Marques de Sá, *Civitas Igaeditanorum*, Idanha-a-Nova 2007.
- Saladino 2004: V. Saladino, “Mondo romano”, in: J.Ch. Balty et al. (eds.), *Thesaurus Cultus et Rituum Antiquorum* 2, Los Angeles 2004, 63-87.
- Salinas 2013: M. Salinas de Frías, “Personal onomastics and local society in ancient Lusitania”, in: J.L. García (ed.), *Continental Celtic Word Formation. The Onomastic Data*, Salamanca 2013, 17-35.
- Sánchez 1979: J.L. Sánchez Abal, “El Castro de Sansueña, Aliseda (Cáceres)”, in: *Estudios Dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres 1979, 659-662.
- Sanguino 1913: J. Sanguino y Michel, “Objetos ingresados en el Museo Provincial”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 62, 1913, 65-69.
- Santano 2000: J. Santano, “La esfinge sarda: la cuestión del paleosardo y sus parientes”, *Nouvelle Revue d’Onomastique* 35-36, 2000, 153-186.
- Sauren 2007: H. Sauren, “Acta Paleohispanica IX”, *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas* 43, 2007, 103-169.
- Scheid 1990: J. Scheid, *Romulus et ses Frères. Le Collège des Frères Arvales*, Roma 1990.
- Scheid 2005: J. Scheid, *Quand Faire c’Est Croire*, Paris 2005.

- Schmidt 1985: K.H. Schmidt, "A contribution to the identification of Lusitanian", in: *III CLCP*, Salamanca 1985, 319-341.
- Schmoll 1959: U. Schmoll, *Die Sprachen der Vorkeltischen Indogermanen Hispaniens und Keltiberische*, Wiesbaden 1959.
- Serbat 1975: G. Serbat, *Les Dérivés Nominaux Latins à Suffixe Médiatif*, Paris 1975.
- Simón 2019a: I. Simón Cornago, "La paleografía y datación de la inscripción lusitana de Lamas de Moledo", *Mélanges de la Casa de Velázquez* 49.1, 2019, 159-184.
- Simón 2019b: I. Simón Cornago, "Lenguas vernáculas de Hispania escritas en alfabeto latino", *Athenaeum* 107.1, 2019, 55-93.
- Simón n.p.: I. Simón Cornago, "El verbo *scribo* en las inscripciones lusitanas y en la epigrafía latina", in: M.J. Estarán Tolosa, E. Dupraz y M. Aberson (eds.), *Des Mots pour les Dieux. Dédicaces Culturelles dans les Langues Indigènes de la Méditerranée Occidentale* [no prelo].
- Spaeth 1996: B.S. Spaeth, *The Roman Goddess Ceres*, Austin 1996.
- Stallsmith 2008: A.B. Stallsmith, "The Name of Demeter Thesmophoros", *Greek, Roman, and Byzantine Studies* 48, 2008, 115-131.
- Suárez 2006: A. Suárez, "La *Historia Regum Britanniae* fuente del *Amadís de Gaula*", in: L.E. Ferrario et al., *Nuevos Estudios sobre Literatura Caballeresca*, [= *Estudios de Literatura* 104], Barcelona-Kassel 2006, 11-69.
- Suárez 2007: A. Suárez, "Onomástica geográfica antigua en el *Amadís de Gaula* de Garci Rodríguez de Montalvo", *Stylos* 16, 2007, 134-219.
- TIR J-29: J. de Alarcão, J.M. Álvarez, A. Cepas e R. Corzo (eds.), *Tabula Imperii Romani, Hoja J-29: Lisboa*, Madrid 1995.
- TIR K-30: G. Fatás, L. Caballero, C. García e A. Cepas (eds.), *Tabula Imperii Romani, Hoja K-30: Madrid*, Madrid 1993.
- Tovar 1960: A. Tovar, "Testimonios antiguos", in: M. Alvar, A. Badía, R. de Balbín, L.F. Lindley Cintra (dir.), *Enciclopedia Lingüística Hispánica* I, Madrid 1960, 101-126.
- Tovar 1961: A. Tovar, *The Ancient Languages of Spain and Portugal*, New York 1961.
- Tovar 1966-67: A. Tovar, "L'inscription du Cabeço das Fraguas et la langue des Lusitaniens", *EC* 11, 1966-67, 237-268.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos", in: *III CLCP*, Salamanca 1985, 227-253.
- Troutier 2010: J. Troutier, "La lustration des champs à l'époque augustéenne au regard des sources littéraires", *Dialogues d'Histoire Ancienne Suppl.* 4.1, 2010, 5-24.
- Untermann 1980: J. Untermann, "Hispania", in: G. Neumann e J. Untermann (edits.), *Die Sprachen in römischen Reich der Kaiserzeit*, Köln-Bonn 1980, 1-17.
- Untermann 1987: J. Untermann, "Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch", in: *IV CLCP*, Vitoria-Gasteiz 1987, 57-76.
- Untermann 1997: J. Untermann, *MLH IV: Die Tartessischen, Keltiberischen und Lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden 1997.
- Untermann 2000: J. Untermann, *Wörterbuch des Oskisch-Umbrischen*, Heidelberg 2000.
- Untermann 2002: J. Untermann, "A epigrafía em língua lusitana e a sua vertente religiosa", in: J. Cardim-Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa 2002, 67-70.
- Ugas 2005: G. Ugas, *L'Alba dei Nuraghi*, Cagliari 2005.
- Ugas 2014: G. Ugas, "La Sardegna nuragica. Aspetti generali", in: A. Moravetti, E. Alba e L. Foddai (eds.), *La Sardegna Nuragica. Storia e Materiali*, Sassari 2014.

- Vallejo 2005: J.M. Vallejo, *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, [= Anejos de *Veleia* Series minor 23], Vitoria/Gasteiz 2005.
- Vallejo 2013: J.M. Vallejo, “Hacia una definición del Lusitano”, *PalHisp* 13, 2013, 273-291.
- Varvaro 2005: A. Varvaro, “La Latinizzazione delle province come processo di lunga durata”, in: S. Kiss, L. Mondin e G. Salvi (eds.), *Latin et Langues Romanes*, Tübingen 2005, 115-133.
- Vaz 1990: J.L.I. Vaz, “Divindades indígenas na inscrição de Lamas de Moledo”, *Zephyrus* 43, 1990, 281-285.
- Vaz 1997: J.L.I. Vaz, *A Ciuitas de Viseu*, Coimbra 1997.
- Vaz 2009: J.L.I. Vaz, *Lusitanos no Tempo de Viriato*, Lisboa 2009.
- Velaza 2003: J. Velaza, “Los textos de la Cueva Negra y sus modelos literarios”, in: A. González e G. Matilla (eds.), *La Cultura Latina en la Cueva Negra*, [= *Antigüedad y Cristianismo* 20], Murcia 2003, 265-274.
- Velaza 2019: J. Velaza, “Writing (and reading) in the pre-Roman Iberian Peninsula”, in: P. Amann, Th. Corsten, Fr. Mitthof e H. Taeuber (eds.), *Sprachen — Schriftkulturen — Identitäten der Antike. Beiträge des XV. Internationalen Kongresses für Griechische und Lateinische Epigraphik*, [= *Tyche* Supplementband 10], Wien 2019, 125-138.
- Villar e Jordán 2001: F. Villar e C. Jordán Cólera, “Comentario lingüístico: fonética, morfología, semántica”, in: F. Beltrán (ed.), *El Tercer Bronce de Botorrita (Contrebia Belaisca)*, Zaragoza 2001, 103-132.
- Villar e Pedrero 2001a: F. Villar e R. Pedrero, “La nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III”, in: *VIII CLCP*, Salamanca, 2001, 663-698.
- Villar e Pedrero 2001b: F. Villar e R. Pedrero, “Arroyo de la Luz III”, *PalHisp* 1, 2001, 235-274.
- Vinson 1897: J. Vinson, “La langue et les inscriptions ibériennes”, *Revue de Linguistique et de Philologie Comparée* 30, 1897, 112-125.
- Vinson 1900: J. Vinson, “La langue basque et les inscriptions ibériennes”, *Revue de Linguistique et de Philologie Comparée* 33, 1900, 117-136.
- Viú 1846: J. De Viú, *Colección de Inscripciones y Antigüedades de Estremadura*, Cáceres 1846.
- Whatmough 1970: J. Whatmough, *The Dialects of Ancient Gaul*, Cambridge 1970.
- Wallace 1985: R. Wallace, “Volscian sistiatens”, *Glotta* 63.1-2, 1985, 93-101.
- White 1970: K.D. White, “Following, crop rotation, and crop yields in Roman times”, *Agricultural History* 44.3, 1970, 281-290.
- Witczak 2005: K. Witczak, *Język i Religia Luzytanów*, Łódź 2005.
- Wodtko 1997: D. Wodtko, “Bibliographisches Wörterverzeichnis II: Lusitanisch”, *MLH* IV 1997, 738-743.
- Wodtko 2010: D. Wodtko, “The problem of Lusitanian”, in: B.W. Cunliffe, J.T. Koch (eds.), *Celtic from the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature*, Oxford 2010, 335-367.
- Wodtko 2017: D. Wodtko, *Lusitanian. Language, Writing, Epigraphy*, Zaragoza 2017.
- Wodtko 2020: D. Wodtko, “Lusitanisch”, in: *Lenguas y Culturas Epigráficas Paleoeuropeas. Retos y Perspectivas de Estudio*, [= *PalHisp* 20], Zaragoza 2020, 689-719.